

CAPÍTULO 8

APROXIMAÇÃO A UM ESBOÇO SOCIAL
DA ÁREA MINEIRA ROMANA DA SERRA
DA PADRELA (TRESMINAS E CAMPO DE
JALES)

ARMANDO REDENTOR*

* Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)/
/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC); Investigador do Centro
de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP).

1. INTRODUÇÃO

A área mineira de Tresminas e Campo de Jales é uma das mais extensas do Noroeste hispânico e, seguramente, a mais importante no interior do território bracaraugustano. A exploração, centrada em metassedimentos xistosos e granitos, esteve polarizada em três jazigos principais, conhecidos como Tresminas, Gralheira e Campo de Jales (Mina dos Mouros), vindo sendo referenciados os séculos I e II como banda diacrónica da actividade que os afectou¹.

Trata-se de explorações a céu aberto em jazidas primárias, a partir das quais se extraíram minérios e sulfuretos polimetálicos complexos com elevados teores de ouro e prata, que receberam tratamento metalúrgico em escala industrial. Uma das principais características do conjunto mineiro é a existência de extensas trincheiras ou cortas resultantes do desmonte das massas mineralizadas, na sua extensão horizontal e vertical, a partir dos afloramentos, a que, no caso de Tresminas, se associam galerias de acesso, escoamento e transporte.

A utilização da água neste processo terá sido fundamental, não só na lavagem do material extraído, como também no rompimento da rocha, pelo que foi necessário o estabelecimento de um vasto conjunto de infra-estruturas hidráulicas, compostas por barragens, aquedutos e tanques, de modo a conseguir-se o represamento nas correntes fluviais mais próximas, nomeadamente nos cursos superiores dos rios Tinhela e Curros, a sua condução e armazenamento. Tal envergadura de meios, cuja implantação no terreno implicou fortes investimentos técnicos e de recursos humanos, terá acarretado a impossibilidade de dividir a exploração mineira em concessões particulares. Simultaneamente, esta volumosa necessidade de meios, carente de um investimento inicial largo e de significativa força laboral, associada a uma relativamente baixa concentração de minerais auríferos nas massas exploradas, terá ditado a exploração por meio do Fisco, empregando meios à sua disposição².

Não cremos que este conjunto de explorações mineiras existente em redor de Tresminas tenha constituído, em termos organizacionais, um couto mineiro com existência paralela à divisão territorial em *ciuitates*, tendo já anteriormente expressado a nossa posição favorável à sua possível implantação física, pelo menos parcial, no território aquiflavense³, onde constituiria uma área delimitada⁴ *in fisci patrimonio*, ao passo que as estruturas constituintes da rede hidráulica, enquanto bem público, seriam *res fiscales*⁵.

1. Wahl 1988 e 1998; Wiechowski e Wahl, s/d, p. 3-4.

2. Mateo 2001, p. 45-46.

3. Redentor 2008, p. 109.

4. Tradicionalmente tem-se entendido a constituição de coutos mineiros nas grandes áreas submetidas à exploração aurífera, como em Tresminas, à semelhança do que se concebe para o *metallum Vipascense* (Wahl 1988, p. 240-241, 1998, p. 57; Alarcão 1988, p. 126; 1995-1996, p. 28; 1998, p. 55; Lemos 1993; 2004, p. 235; Martins *et alii* 2005, p. 283). Com justificação em diferenças jurídicas claras, tem-se, alternativamente, concebido o recorte dos *metalla*, enquanto reservas públicas (*ager*

Não vamos insistir, neste texto, nas questões directamente relacionadas com a tecnologia e engenharia mineiras, mas dar atenção a um tema que é recorrente nos estudos históricos sobre a exploração das minas romanas, embora escasseiem as fontes para a sua cabal compreensão. O assunto a que queremos fazer uma ligeira aproximação prende-se com a paisagem social associada a esta área mineira em específico, recorrendo ao material epigráfico cuja proveniência directamente se relaciona com os pólos de exploração elencados, tirando partido de podermos contar com um significativamente nutrido conjunto de epígrafes, o mais extenso em relação com *metalla* do Noroeste⁶.

2. POSICIONAMENTOS SOBRE A MÃO-DE-OBRA EMPREGUE NOS *METALLA* PÚBLICOS DO NOROESTE HISPÂNICO

A visão estereotipada, e até romanceada, da exploração das minas com recurso a mão-de-obra escrava, única que, perante a dureza da actividade em questão, seria adequada a um destino infame associável às difíceis condições do trabalho mineiro, não corresponderá à verdade, embora não se possa negar a presença de mão-de-obra servil nos cenários mineiros.

No caso das minas auríferas estatais do Noroeste, não terá existido exploração por meio de arrendamento a particulares (*coloni*) ou a companhias (*societates*), dada a necessidade de conjugação de vastos meios e as amplíssimas implicações sobre o território da tecnologia de exploração empregue, pelo que se terá verificado um regime de exploração directa por parte do Estado. Tal facto implicou, por parte do poder central, e nomeadamente do *Fiscus*, a resolução da questão dos meios, incluindo a força de trabalho nas minas.

A partir de testemunhos antigos, é possível deduzir a intervenção de mão-de-obra indígena, como se verifica com Floro⁷, referindo-se, em concreto, aos Ástures:

publicus), no âmbito físico das *ciuitates* (*ager peregrinus*), pelo menos no que respeita ao Noroeste hispânico e Nordeste da Lusitânia, perspectiva que nasce de abordagens conjuntas das questões da mineração e do povoamento nas áreas mineiras, nomeadamente em torno de Las Médulas (Orejas e Sastre 2000, p. 280; Sastre e Ruíz del Árbol 2005, p. 145-146; Sánchez-Palencia *et alii* 2006). Em extensão às anteriores propostas, F. S. Lemos e C. Martins (no prelo) adiantaram, recentemente, um esquema diverso, tendo por exígua base a densidade de frentes de exploração e a sua continuidade territorial, no qual algumas áreas mineiras são entendidas como delimitadas e fisicamente integradas nas *ciuitates*, outras como *territoria* mineiros autónomos, situados entre *ciuitates*, englobando nesta situação as explorações de Tresminas, e ainda outras, isoladas, como desprovidas de delimitação no interior das *ciuitates*.

5. Sastre e Sánchez-Palencia 2002; Sánchez-Palencia *et alii* 2006, p. 277-281.

6. Vejam-se, a título indicativo, os quadros 16 a 18 elaborados por Domergue 1990, p. 339-340, nos quais recolhe os dados epigráficos relativos à mão-de-obra e população mineiras hispânicas na época imperial.

7. *Epitome*, 2, 33, 59-60.

Hic finis Augusto bellicorum certaminum fuit, idem rebellandi finis Hispaniae. Certa mox fides et aeterna pax, cum ipsorum ingenio in pacis artes promptiore, tum consilio Caesaris, qui fiduciam montium timens in quo se recipiebant, castra sua, quia in plano erat, habitare et incolere iussit; ibi gentis esse concilium, illud observari caput. Favebat consilio natura regionis: circa enim omnis aurifera et chrysocollae miniique et aliorum colorum ferax. Itaque exerceri solum iussit. Sic Astures nitentes in profundo opes suas atque divitias, dum aliis quaerunt, nosse coeperunt.

Todavia, não é susceptível de se deduzir que essa população estava reduzida à escravidão. Domergue⁸ aceitou que, na época imperial, as necessidades de mão-de-obra no Noroeste pudessem ter sido supridas com recurso às populações indígenas, bem como a mão-de-obra assalariada. No caso da mão-de-obra indígena, equaciona duas possibilidades: por um lado, a sua redução à condição servil, na sequência do esforço bélico de conquista, constituindo a principal força de trabalho, pelo menos durante o século I d.C.; por outro, a manutenção do seu estatuto de população livre (*peregrini* ou *peregrini dediticii*), ainda que com a obrigação de trabalhar nas minas sob a direcção e o controlo da máquina administrativa fiscal romana auxiliada por destacamentos militares, que teriam, entre outras funções, nomeadamente técnicas, a incumbência de zelar pela manutenção das populações nas áreas de exploração mineira. Em ambos os cenários admite a contratação de trabalhadores assalariados, verosimilmente com maior incidência ao longo do século II, em virtude da diminuição da mão-de-obra que serviu os esforços iniciais, quer se admita dificuldade de angariação de mão-de-obra servil, quer a mobilidade populacional em direcção a centros urbanos cujo desenvolvimento crescente os torna pólos de atracção cada vez mais importantes.

A ideia de que as populações indígenas do Norte peninsular, por sorte do estatuto de *peregrini dediticii*, teriam sido impelidas pelo Estado romano a trabalhar nas minas auríferas públicas, por intermédio de prestações de *operae*, é, *a posteriori*, claramente avançada por Sánchez-Palencia, Orejas e Fernández-Posse⁹, sendo também partilhada por J. Mangas¹⁰.

Considerando que a nova realidade social decorrente da conquista do Noroeste se caracteriza por uma forte ruralidade e restrição dos centros urbanos ligados à administração e ao exército, tem vindo a ganhar destaque um modelo interpretativo desenvolvido por I. Sastre¹¹ para a compreensão das formações sociais ástures, pelo qual se concebe que, no novo xadrez social, se destaca um intrincado jogo de relações de clientela política que acarreta que o excedente produzido pelo trabalho campesino se reparta entre as aristocracias locais, conventuais e o Estado. Trata-se de um modelo em que se torna desnecessário o recurso à escravatura clássica para a obtenção de excedentes por parte dos grupos domi-

8. Domergue 1990, p. 347-348.

9. Sánchez-Palencia *et alii* 1994, p. 250-251.

10. Mangas e Orejas 1999, p. 306-313.

11. Sastre 2001 e 2002.

nantes, mas que implica a submissão da população camponesa a quotas de exploração bastante amplas.

Dentro deste quadro teórico de análise, a questão da mão-de-obra para as minas¹² é projectada no âmbito específico da divisão do território em *ciuitates*, fundamental na tributação das comunidades por parte do Estado. Este, reconhecendo às comunidades uma relação de propriedade com as suas terras, enquanto *ager stipendiarius*, fica em posição de exigir um tributo fundiário, ao passo que, como vimos, o espaço das grandes minas auríferas do Noroeste é tornado *ager publicus*, situando-se plausivelmente no interior dos limites territoriais das comunidades. Neste cenário, as populações indígenas estariam sujeitas a tributação em forma de jornadas de trabalho nas minas, temporárias e sazonais. O recurso ao trabalho das comunidades peregrinas teria, assim, constituído a chave para a exploração das minas, estando sempre presente o pressuposto da importância das aristocracias locais no controlo deste processo sob o domínio directo da administração imperial. Prescinde-se, com este esquema, da oportunidade do recurso a mão-de-obra assalariada (*mercenarii*) ou a arrendatários (*coloni*), argumentando-se, ainda, com a ausência de um sistema monetário arriegado. As necessidades de mão-de-obra seriam, assim, integralmente supridas pelo substrato populacional local, advogando-se que os fluxos migratórios que se reconhecem em conexão com algumas áreas mineiras, excluídos os elementos da administração imperial e do exército, não estariam relacionados com o trabalho nas minas, mas com redes de gestão e controlo político por parte de famílias aristocráticas que, parcelarmente, se poderiam ter deixado em mãos de particulares. Por seu lado, os casos detectados de indivíduos de condição servil ou de libertos estariam mais relacionados com o âmbito doméstico. Em suma, afasta-se completamente a ideia de uma exploração escravagista, afirmando-se a existência de formações sociais desiguais baseadas na exploração das comunidades camponesas por parte de redes aristocráticas de poder político com base em relações clientelares.

3. A EPIGRAFIA DO SECTOR TERRITORIAL DE TRESMINAS E CAMPO DE JALES COMO FONTE PARA UM ESBOÇO SOCIAL

O conjunto epigráfico directamente relacionável com as áreas de exploração mineira de Tresminas e Jales será, como se disse, o mais nutrido do Noroeste, de entre os que se associam a *metalla*. A configuração deste conjunto é o resultado da inclusão de todas as inscrições cujo achado está em conexão estreita com as áreas dos trabalhos mineiros, sendo

12. Orejas e Sastre 2000, p. 279-283; Sastre e Orejas 2000, p. 284-306; Orejas e Sastre 2002; Sánchez-Palencia *et alii* 2006.

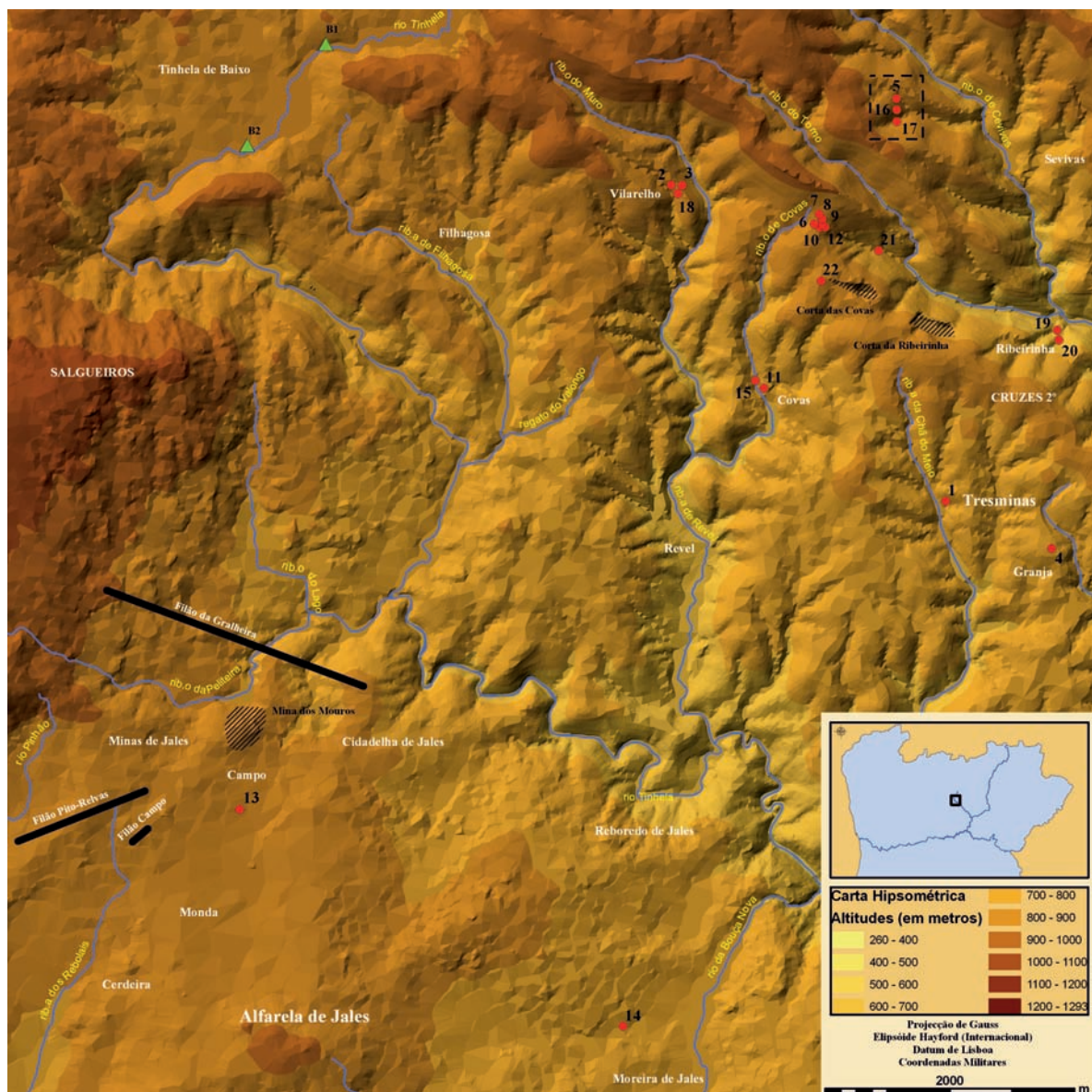


Fig. 1: Distribuição das epígrafes romanas relacionadas com a área mineira romana da serra da Padrela.

Legenda: ▲, barragem; ●, inscrições; ---, localização incerta.

A numeração das inscrições tem correspondência com a do anexo (cartografia: Luís Sousa).

elas procedentes das freguesias de Tresminas, Vreia de Jales e Alfarela de Jales. Incluímos, para além das inscrições pétreas – uma das quais de natureza rupestre, gravada numa das galerias de mineração –, um grafito e uma marca existentes sobre suportes cerâmicos, perfazendo um total de 22 documentos epigráficos (fig. 1 e anexo).

A esmagadora maioria (cerca de 64%) das inscrições em apreço é de natureza funerária, sendo praticamente todas gravadas sobre estelas, com excepção do grafito riscado sobre um vaso procedente de um contexto funerário, tendo o material de natureza votiva expressão bastante inferior (cerca de 27%). Escapam a estas duas grandes divisões apenas duas inscrições (9%): a marca existente sobre uma tégula e a inscrição rupestre, cingida a um antropónimo.

A maioria das estelas funerárias reportadas tem relação com a necrópole localizada na Veiga da Samardã, a noroeste da Corta das Covas e nas imediações de um povoado associado aos labores romanos¹³. Em 1937, aquando da abertura de uma estrada florestal, que também pôs a descoberto vestígios de habitações na área do povoado e de sepulturas¹⁴, descobriram-se três delas (n.ºs 6-8)¹⁵. Em 1944, é registada uma quarta (n.º 9), entretanto recolhida junto das anteriores, na casa florestal¹⁶, antes de rumarem a Lisboa. Pelos anos 70, uma outra (n.º 10) foi desenterrada pelo arado numa propriedade em Trás do Lago, a norte da Corta das Covas, no cruzamento da estrada rural com a de Covas para Sevivas¹⁷.

Só em meados dos anos 80, é que são localizados, com precisão, os pontos de achado destas epígrafes e a necrópole, cuja extensão, apesar de não ser conhecida na totalidade, abrangerá ambos os lados da estrada, ocupando a encosta voltada a oeste e que desce para o vale dos Braceiros, a norte da área do povoado. É também aumentado o número de epígrafes conhecidas, com a identificação de mais uma estela na aldeia de Covas (n.º 11)¹⁸. A estas há a acrescentar mais cinco: quatro delas conhecidas, pelo menos, desde o início do século XVIII, localizadas em Tresminas (n.º 1), Vilarelho (n.ºs 2 e 3) e Granja (n.º 4), e uma outra de aparecimento mais recente (n.º 5), embora desconhecendo-se o seu exacto contexto, que, indubitavelmente, porém, corresponderá ao termo de Tresminas¹⁹. Nas sondagens realizadas, em 2008, na necrópole, descobriu-se, numa das sepulturas, o pote esgrafitado (n.º 12) com uma estrutura onomástica²⁰.

13. Também localizado na Veiga da Samardã, articular-se-ia, segundo Wahl 1988, p. 234-236, por duas áreas à cota dos 840 m, respectivamente a noroeste e a sudeste da Corta da Covas, tendo este investigador realizado algumas sondagens na primeira. Estes trabalhos arqueológicos foram recuperados em 2007 por C. Batata (2009).

14. Cardozo 1954, p. 128-130.

15. Vasconcellos 1936, p. 193, que noticia também o aparecimento de vasilhame cerâmico e de vidro (*unguentaria?*), espólio a acrescentar a duas fíbulas de prata, referidas por Cardozo 1954, p. 130, para além de pregos e carvões.

16. Cardozo 1954, p. 129-130.

17. Wahl 1988, p. 238; Parente 1980, p. 134-135, n.º 3.

18. Wahl 1988, p. 238.

19. *CIL* II 2391; Argote 1734, livro 3, cap. 18 p. 635; Botelho 1907, p. 27-31.

20. Batata 2009, p. 419-420.

Quadro 1: Epigrafia funerária: dedicantes, defuntos, idades de falecimento e respectivo estatuto jurídico (C = *ciuis*; P = *peregrinus*; L = *libertus*; S = *seruus*; I = *incertus*).

N.º	Nome	Idade	Origo	Estatuto	Local de descoberta	Cronologia
1	<i>Ponto Ladi f.</i> <i>Sen[---]</i>	47	<i>Seurrus</i> ⊃ <i>Campoioeic(o)?</i>	P I	Tresminas [aldeia]	1-130
2	<i>C. Couneancus Fusci f.</i> <i>L. Ascius [..]ri [f.]</i>	40 ?	<i>Clu(niensis)</i> ?	C C	Vilarelho [aldeia]	1-50
3	<i>---]us</i>	30	<i>Cl(uniensis)</i>	I	Vilarelho [aldeia]	1-130
4	<i>Siluanus Seue[ri?] ---</i>			I	Granja [aldeia]	1-130
5	<i>Prima L. Iuli Dextri lib.</i> <i>Amanda [L.] Iuli Dextri [lib.]</i>			L L	Tresminas [freguesia]	71-130
6	<i>T. Boutius Segonti f.</i>	40	<i>Cl(uniensis)</i>	C	Covas [Veiga da Samardã]	51-60
7	<i>C. Septumius L. f.</i>	30	<i>Clu(niensis)</i>	C	Covas [Veiga da Samardã]	51-70
8	<i>C. Licin[ius ..f.?)</i>	25	<i>Clun(iensis)</i>	C	Covas [Veiga da Samardã]	51-65
9	<i>Niger Ai[---</i>			I	Covas [Veiga da Samardã]	1-130
10	<i>[.] Magius [Ma]gi f.</i>	20/30	<i>Cluniensis</i>	C	Covas [Veiga da Samardã]	1-70
11	<i>---] Sorex</i>		<i>Clu(niensis)</i>	L?	Covas [aldeia]	51-130
12	<i>Allius Arru(s)</i>			C	Covas [Veiga da Samardã]	151-230
13	<i>Aunia</i> <i>Sem[n]us</i> <i>Fortunata</i>	?		S S S	Campo de Jales [imediações da aldeia]	101-230
14	<i>L. Co[r(nelius)] Flacili f. Morinis?</i> <i>Reburrus</i>			C C	Moreira de Jales [Gestal]	131-230

As inscrições pertencentes a esta necrópole fazem referência a catorze defuntos, com idades compreendidas entre os 20 e os 47 anos (cf. quadro 1).

De entre estes defuntos ressalta uma clara preponderância de indivíduos de procedência alóctone, em concreto um *Seurrus castello Campoioeic(o)* (?) e vários clunienses. Temos certeza quanto a seis indivíduos com esta proveniência, sendo provável que se possam também incluir entre os emigrados com esta origem o defunto da inscrição n.º 3 e o segundo defunto lembrado na inscrição n.º 2, apesar de, neste caso, aparentemente estar ausente essa indicação. Mais difícil é sustentar uma ilação deste género relativamente ao provável dedicante da inscrição n.º 1, de cujo nome apenas se terão conservado as três letras iniciais.

A presença no Noroeste hispânico de indivíduos procedentes da Meseta, em concreto do *territorium* cluniense, tem sido objecto de múltiplas alusões²¹. O seu registo em regiões mineiras, como as ásturo-galaicas, é comumente explicado em função da capacidade de

21. Veja-se síntese sobre correntes migratórias no Noroeste peninsular em Tranoy 1981, p. 246-256. Apesar de mais abrangente, também se reveste de interesse a abordagem sobre as migrações hispânicas de Haley 1991, especialmente as p. 69-88.



Fig. 2: Estela funerária de *C. Couneancus Fuscif.* e de *L. Ascius [...]ri f.*
(fotografia: Guilherme Cardoso).

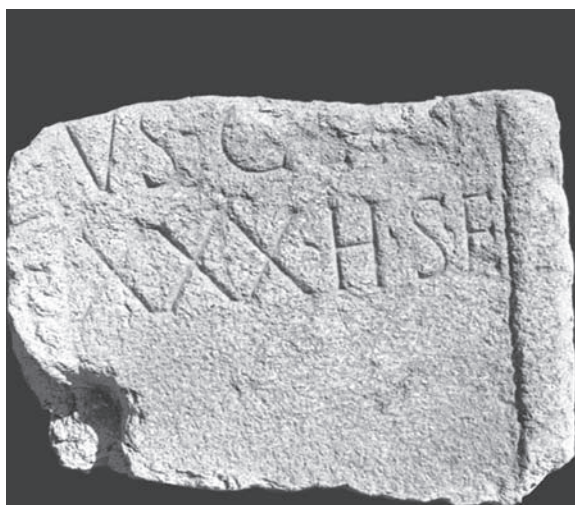


Fig. 3: Fragmento de estela funerária de defunto desconhecido (fotografia: Guilherme Cardoso).

atração por parte desses centros enquanto sorvedouros de mão-de-obra e como resposta a questões de ordem económica, avançando-se como possível causa o deflagrar de uma situação de crise económica e social, talvez motivada por aumentos populacionais intensos e desajustes da economia tradicional desses focos de emigração²². Como vimos anteriormente, numa perspectiva distinta baseada num quadro interpretativo de desigualdade social motivado pela exploração imperialista das comunidades campesinas, estes elementos não estariam relacionados com o trabalho nas minas, mas com redes de gestão e controlo político por parte de famílias aristocráticas²³.

Todavia, interessa, para esta questão, afirmar dois aspectos fundamentais que se prendem com estes fluxos migratórios de clunienses. Do ponto de vista cronológico, deverão ter-se desencadeado, muito possivelmente, logo no início da colocação em marcha do processo de exploração aurífera em Tresminas. A datação de boa parte dos epitáfios de clunienses não deverá ser posterior à época flaviana, tendo em conta elementos internos, como o uso de fórmulas onomásticas duonominais, compostas por *praenomen* e gentílico²⁴, e o formulário. Do ponto de vista jurídico, todos os clunienses de que conhecemos a nomenclatura completa são cidadãos romanos (inscrições n.ºs 2, 6, 7, 8 e 10), ainda que, plausivelmente, de origem autóctone, como bem ilustra a onomástica, em concreto a utilização de gentílios de formação patronímica (*Boutius* e *Couneancus*)²⁵ e, nalguns casos, de filiações de tipo indígena²⁶.

O caso de *Boutius* é bastante curioso, pois, enquanto nome claramente ocidental, parece não se documentar na área arévaca, ainda que surja entre os vaceus, talvez, inclusive, como gentílico patronímico²⁷, constituindo este documento de Tresminas o único registo da sua penetração na Celtibéria Ulterior. Quanto a *Couneancus*, cuidamos que possa encobrir a conversão de um genitivo de plural referente a uma *cognatio*, nomeadamente de um genitivo em *-on* ou em *-um* precedido de sufixo *-nc-*, como *Eburanco(n)*²⁸, *Iganco(n)*²⁹, *Auuancum*³⁰, *Caecanq(um)*³¹, só para citar exemplos arévacos. Tal possibili-

22. Veja-se, especialmente, García 1973 e García 1975, p. 181-206; também, Domergue 1990, p. 345, focando os emigrantes nas zonas mineiras.

23. Cf. n.º 12.

24. Este tipo de nomenclatura torna-se cada vez menos comum do imperialato de Tibério para a frente (Stylow 1998, p. 113, n.º 31).

25. *C. Couneancus Fuscí f.* (n.º 2); *T. Boutius Segonti f.* (n.º 6). A utilização de gentílios de origem patronímica radicados na onomástica indígena é um fenómeno documentado no médio e alto Douro, entre vaceus e celtiberos ultiores (Gorrochategui *et alii* 2007, p. 310-311).

26. *C. Couneancus Fuscí f.* e *L. Ascíus [..]ri f.* (n.º 2); *T. Boutius Segonti f.* (n.º 6); *[.] Magíus [Ma]gi f.* (n.º 10).

27. Gorrochategui *et alii* 2007, p. 293 e 310.

28. *CIL II 2828* + González 1986, p. 129, n.º 115: San Estebán de Gormaz (Soria); González 1986, p. 129, n.º 116: Dombellas (Soria).

29. *CIL II 2803* + González 1986, p. 130, n.º 130: *Clumia*.

30. *CIL II 2827* + González 1986, p. 124, n.º 47: San Estebán de Gormaz.

31. *CIL II 2746* + González 1986, p. 125, n.º 67: Segovia.

dade é ainda mais forte ao saber-se que, na onomástica do alto e médio Douro, também se observam situações em que um nome daquele tipo se converte em ‘nome gentilício’ indígena, normalmente formado em *-icus/-a*, concertado com o idiônimo em nomenclaturas polinominais peregrinas³².

Todavia, nestes casos transmontanos, a adopção de gentílios patronímicos de origem indígena não deixa de constituir registo de alguma excepcionalidade, ao reconhecer-se que a tendência, no âmbito geográfico de origem destes indivíduos, é escolher nomes latinos, quando o seu estatuto era a cidadania, e indígenas, tratando-se de peregrinos³³.

O caso da utilização do *nomen* latino *Magius*, frequente em ambientes célticos e com outros testemunhos entre os celtiberos ulteriores³⁴, poderá ter sido favorecido por homofonia relativamente a nomes com *Magiaena*, *Magiena*, *Magia* e *Magius*³⁵, estando este precisamente atestado na mesma epígrafe de Tresminas como patronímico³⁶.

É possível que haja, entre os clunienses documentados em Tresminas, um liberto (n.º 11), suposição que decorre exclusivamente do registo antroponímico, tendo em conta o conteúdo semântico e a sua forte incidência em população de origem servil³⁷.

Sem dúvida quanto a este mesmo estatuto, há a referir os casos *Iulia Prima* e *Iulia Amanda*, libertas de um cidadão romano cujo nome é *L. Iulius Dexter*, mas acerca do qual não temos mais informação³⁸.

Esta, tal como poderá acontecer com outras inscrições da Veiga da Samardã (n.ºs 1, 3, 4, 9 e 11), terá uma cronologia ligeiramente mais tardia, que, em todo o caso, não ultrapassará a primeira metade do século II, constituindo possível excepção o grafito riscado no pote funerário exumado nas recentes sondagens arqueológicas realizadas na necrópole (n.º 12), tendo em conta a estrutura onomástica duonominal, com ausência de *praenomen* e inclusão de cognome. Infelizmente, desconhecemos outros dados procedentes do registo arqueológico que reforcem esta inferência cronológica. É relatado que integrava o espólio funerário de uma sepultura de incineração escavada no xisto (sondagem E), na qual, para além do pote esgrafitado, apareceram fragmentos de um outro pote de cerâmica comum e meia dúzia de contas vítreas de colar, associados a restos osteológicos humanos calcinados e cavilhas de ferro³⁹, a indiciar tratar-se de um *bustum*. O pote apresenta sinais de ter sido também submetido à acção do fogo, pelo que, atendendo à sua presença no interior da sepultura, juntamente com outro, é, em nossa opinião, lógico interpretá-lo como corres-

32. Gorrochategui *et alii* 2007, p. 303.

33. Gorrochategui *et alii* 2007, p. 305.

34. *CIL* II 5792; *EE* 8, 144; *AE* 1985, 592.

35. Gorrochategui *et alii* 2007, p. 312.

36. Abascal 1994, p. 178, inclui-o, erroneamente, entre os *nomina*.

37. Cf. nota à inscrição (anexo).

38. A título hipotético poder-se-ia pensar num prócere militar ou até em alguém do pessoal administrativo ou técnico qualificado.

39. Cf. nota n.º 20.

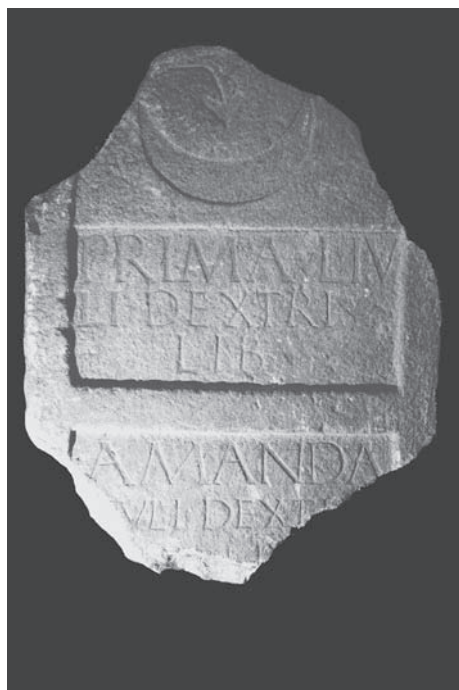


Fig. 4: Estela funerária de *Prima* e de *Amanda L. Iuli Dextri l.*



Fig. 5: Estela funerária de *T. Boutius Segonti f.*

pondente a um presente, ao *uiaticum* ou a objecto que acompanha o defunto na última viagem, advindo daí a necessidade de ser purificado. Desta forma, é plausível que a inscrição, reduzida à nomenclatura *Allius Arru(s)*, identifique o defunto, também ele com estatuto de cidadania romana. A utilização desta estrutura onomástica duonominial acarreta implicações cronológicas que podem permitir, à falta de melhores indicadores, a integração da sepultura num momento avançado da segunda centúria ou no início da seguinte, se for admissível o final da exploração aurífera e, por conseguinte, a desactivação do espaço sepulcral na época severiana, como adiante se alegará. Esta prática do uso de grafitos em recipientes integrantes de espólios funerários tem outras evidências em contextos ligados à mineração, como se verifica no conjunto de quatro vasos cinerários de Aljustrel: três exibem *cognomina*, aparecendo, num deles, a indicação antroponímica seguida da fórmula *h. s. e.*, reforçando a ideia de que se identifica o defunto, e um outro apresenta uma estrutura onomástica trinominal⁴⁰.

Apenas um dos epitáfios (n.º 1) revela indubitavelmente um indivíduo com estatuto peregrino, emigrante originário da parte oriental do *conuentus Lucensis*, de entre os *Seurri*⁴¹.

As restantes inscrições encontram-se incompletas. Se, no caso da n.º 3, é expectável que possa tratar-se de um cidadão, à semelhança do que ocorre com a quase totalidade das inscrições que revelam clunienses, a verdade é que tal interpretação não pode assegurar-se, nem tão-pouco o estatuto de *peregrini* para os defuntos documentados noutras duas inscrições incompletas (n.ºs 4 e 9).

Em Campo de Jales, o achado de várias lápides, ocorrido nos inícios do século XX ao lavrar-se um campo de milho⁴², das quais apenas se preserva uma estela (n.º 13), documentará mais uma necrópole, neste caso associada às explorações mineiras da época romana próximas, cujos trabalhos principais são conhecidos como Mina dos Mouros. É possível que os indivíduos identificados no epitáfio tenham condição servil, devendo a epígrafe não ser anterior ao século II. Defuntos e dedicante, sua filha, apenas estão identificados por um único nome, sendo o do pai, plausivelmente, de origem grega. O suporte da inscrição é uma estela muito simples, sem qualquer lavor, claramente distinta das que se conhecem em conexão com a necrópole da Veiga da Samardã.

Aqui, praticamente todos os suportes deste tipo conhecidos – dos desaparecidos apenas nos chegou informação acerca dos textos que continham – têm um tratamento mais cuidado e, pelo menos alguns, outros registos para além da cartela, verificando-se, nos que conservam a cabeceira, que esta corresponde a uma morfologia semicircular ou triangular, acolhendo motivos decorativos de carácter astral, quer se trate de um simples disco

40. Domergue 1990, p. 340-341, n.ºs 31, 48-50 e n.º 23.

41. *Tabula Imperii Romani* K-29, p. 97.

42. Botelho 1907, p. 30-31.

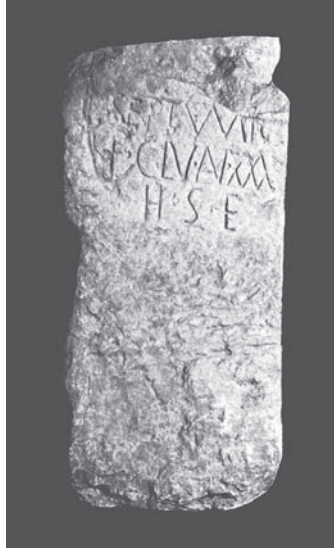


Fig. 6: Estela funerária de *C. Septimius L. f.* (fotografia: *apud* Le Roux e Tranoy 1984, fig. 10).

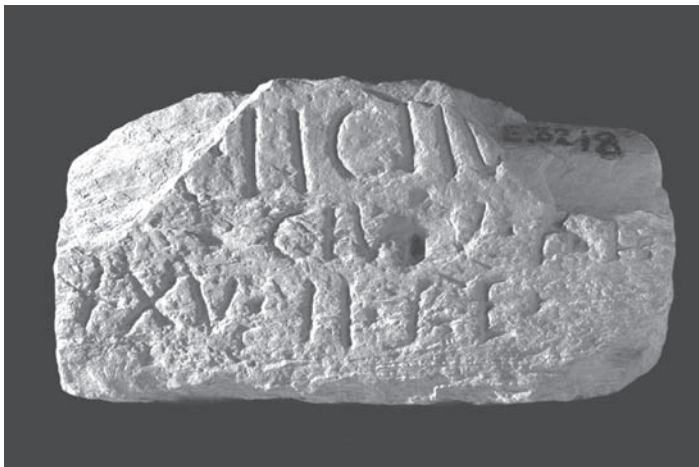


Fig. 7: Estela funerária de *C. Licinius [.(---)f.] (?)*

(n.º 2), de crescentes (n.º 6) ou de raios associados a crescente (n.º 9). A estela das libertas *Prima* e *Amanda* (n.º 5), destacando-se claramente das restantes por uma primorosa execução, teria tido também cabeceira semicircular⁴³, na qual se destaca um crescente encimado por *hedera*. Na estela de Campo de Jales utiliza-se toda a face anterior para a gravação do epitáfio, desenvolvendo-se este a partir da cabeceira arredondada, ressaltando um fruste cunho da valorização estrita do conteúdo escrito.

Nos inícios do século XVIII, apareceu, junto à povoação de Moreira de Jales, num campo agrícola denominado Gestal, uma estela funerária (n.º 13), havendo notícia de mais espólio, aparentemente associado a sepulturas de lajes⁴⁴. Tratar-se-ia, verosimilmente, de uma outra necrópole com localização excêntrica relativamente às explorações, mas que, apenas por razões de proximidade relativa, incluímos neste estudo⁴⁵, sendo difícil assegurar que o núcleo de povoamento a que esteve associada tivesse relação directa com o *metallum*. Acerca deste documento epigráfico apenas nos chegaram deficientes leituras do epitáfio. Cremos ser pacífica a interpretação da identificação do dedicante como trinominal, na qual o gentilício estaria abreviado, mas não deixa de ser dubitativa a proposta que apresentamos para o cognome. O defunto, a que se alude apenas através do cognome, por sinal indígena, partilharia o gentilício do pai, usufruindo ambos da cidadania romana. Pela onomástica, a sua origem não deve ter sido alheia ao Noroeste, podendo mesmo tratar-se de gente autóctone.

Outro tópico que ressalta nas denominações pessoais relacionadas com os territórios do alto e médio Douro, a que fizemos alusão por via da significativa presença de indivíduos com essa origem na área de Tresminas, é a existência de frequentes casos de inversão onomástica, traço também presente entre os Autrigões, mas apenas residual entre os Vetões, e que parece explicável pela nomenclatura polinomial de raiz autóctone, que constitui outro dos aspectos distintivos das estruturas onomásticas desse sector duriense⁴⁶.

Curiosamente, a interpretação que avançamos para o nome do dedicante de uma das inscrições votivas associadas à área mineira da serra da Padrela caracteriza-se exactamente por este fenómeno onomástico. Falamos da ara dedicada à deusa indígena *Nabia* (n.º 15), identificada, em reaproveitamento, no lugar de Covas⁴⁷. Aceitando, com as devidas reser-

43. Cf. restituição proposta por Botelho 1907, p. 28, fig. 1.

44. É Contador de Argote 1734, livro 3, cap. 2, p. 469-470, que relata o achado ocorrido em Junho de 1721, andando a lavar José Ferreira numa parcela adjacente a umas fragas que ladeavam o caminho de carro que seguia para Cidadelhe. Também transmite os pormenores relativos ao espólio que veio a ser encontrado no local na sequência de indagações levadas a cabo por mandato judicial, com vista a deslindar o paradeiro da pedra, entretanto sumida; dos materiais constavam vasos vítreos de diferentes diâmetros – talvez incluindo unguentários –, vasos de barro vermelho fino – de importação? – e de cerâmica comum, bem como uma caldeirinha com asa de cobre – sítula? –, juntamente com restos osteológicos calcinados, carvões e pregos.

45. Há uma distância de cerca de 4 km relativamente a Campo. Wahl 1988, mapa 1, segue o mesmo critério.

46. Gorrochategui *et alii*, 2007, p. 297 e 303.

47. Parente 1980, p. 132.



Fig. 8: Estela funerária dos pais de *Fortunata*.

vas, a leitura proposta, consideramos que o mais provável é estar-se perante um caso de inversão onomástica no que respeita ao nome do dedicante, pelo que, deste modo, tendemos a considerá-lo cidadão romano, com estrutura onomástica duonominial composta por gentílico e cognome: *Rufinus Caurunius*. Nesta perspectiva, o gentílico resultará do mecanismo de formação patronímica, uma vez que se conhece a forma como idiónimo indígena, ainda para mais, em relação com a formação adjectival correspondente ao genitivo de plural *Caurunicum*, em registo simultâneo num mesmo texto epigráfico⁴⁸, o que pode prenunciar uma origem forânea do dedicante, preferencialmente no Nordeste lusitano.

Como indícios desta situação poder-se-iam avançar a inversão onomástica e o facto de o radical associado ao nome em causa não ter, até agora, testemunhos fora da *Lusitania*⁴⁹. Mas a geografia do culto a *Nabia*, divindade relacionada com os vales⁵⁰, pode também ser reveladora. Existem dois núcleos fundamentais de testemunhos epigráficos: um claramente galaico, do qual este testemunho é o mais excêntrico na sua parte meridional, e um lusitano, claramente arraigado na região de Cáceres⁵¹. Atendendo a este posicionamento destacado no interior bracarense e às inferências que é legítimo suscitar, pese embora o grau de incerteza associado, relativamente ao nome do dedicante, não seria impossível que a presença deste culto em Tresminas pudesse ser resultado de uma migração por parte de indivíduo oriundo do sector oriental da *Lusitania*, ainda que, evidentemente, nada obste, atendendo à fragilidade da restituição do texto, a que possa corresponder a um culto localmente enraizado, com ligação aos restantes testemunhos galaicos, e que a extensão ao solar lusitano⁵² possa ter sido protagonizada não só por galaicos em diáspora, mas também por gente de procedência mais meridional que tenha temporariamente demandado terras de Além-Douro.

Outros dois altares procedentes da freguesia de Tresminas, de que se desconhecem as condições e o local concreto de achado, terão sido consagrados a divindades indígenas (cf. quadro 2), mas o seu estado de conservação, nomeadamente o intenso desgaste que afecta as superfícies epigrafadas, não permite avançar com leituras cabais.

Para um desses altares (n.º 16), sugeriu Rodríguez Colmenero ler-se a epiclese [*Mu*] *nidi*, o que, a verificar-se, não deixaria de ser uma interessante coincidência. É possível que esta seja uma divindade vinculada aos relevos montanhosos, conforme aponta a etimologia do teónimo⁵³, sendo fácil a sua compaginação com a realidade orográfica deste

48. *ILER* 2323 = *ERPSA* 160.

49. Vallejo 2005, p. 273.

50. Prósper 2002, p. 192-195; Rodríguez 2002, p. 25.

51. Prósper 2002, p. 190-192; Redentor *et alii* 2006.

52. De acordo com Prósper (2002, p. 408-409 e 441), e tendo por base argumentação linguística relacionada com a hidronímia asturiana, o culto de *Nabia* terá origem na área ásture e galaica oriental, estendendo-se ao território lusitano compreendido entre o Mondego e o Alagón, ultrapassando o Tejo mas não baixando do norte do Guadiana.

53. Prósper 2002, p. 189.

sector da serra da Padrela. Outro aspecto a ressaltar seria o facto de os seus testemunhos seguros estarem na Lusitânia oriental, situação que poderia reforçar a ideia de existência de fluxo migratório a partir desta área. O carácter votivo da peça é indiscutível, desconhecendo-se a identidade do dedicante, a qual é cifrada em siglas relacionáveis com uma estrutura onomástica trinominal.

Quadro 2: Epigrafia votiva: epicleses, dedicantes e respectivo estatuto jurídico (C = *ciuis*; P = *peregrinus*; L = *libertus*; S = *seruus*; I = *incertus*).

N.º	Dedicantes	Teonímia	Estatuto	Local de descoberta	Cronologia
15	[R]ufinu[s]? [Ca]urunius?	Nabiae	C	Covas [aldeia]	151-230
16	Q(uintus)? A(---) [(---)]	[Mu]nidi?	C	Tresminas [freguesia]	101-230
17	---]ius Aneli f.	Arrue B[---]	I	Tresminas [freguesia]	101-230
18	militēs leg. VII G. F.	I(ouī) O(ptimo) M(aximo)		Vilarelho [aldeia]	130
19	militēs c(o)h. I Gallicae eq. c. R.	I(ouī) O(ptimo) M(aximo)		Ribeirinha [aldeia]	101-150
20	Q. Annius Modestus	I(ouī) O(ptimo) M(aximo)	C	Ribeirinha [aldeia]	197-211

Quanto à autoria do outro (n.º 17), chegou-nos apenas a parte final da nomenclatura do dedicante. Em concreto, identifica-se um patronímico, situação que poderá remeter para um estatuto peregrino, embora não o possamos afirmar categoricamente, mesmo tratando-se de forma antroponímica do onomástico indígena. No respeitante à consagração, estaremos também diante do cumprimento de um voto a nome indígena. Tranoy⁵⁴ lançou, como possibilidade, tratar-se de um teónimo *Aduana*, ou quiçá *Apruna*, hesitação que diz bem das dificuldades de leitura que o início do texto, não totalmente apagado, encerra. Por esta razão, Rodríguez Colmenero⁵⁵ virá a lançar uma proposta de leitura distinta, igualmente insegura, registando a consagração *Dadruuilo*. A que apresentamos, embora padeça das mesmas dificuldades inerentes à fragilidade do apoio dos vestígios conservados, pode receber o amparo de um outro texto epigráfico votivo, por ora inédito, no qual pode registar-se a consagração *Arrue Anecice*⁵⁶. Estaremos, desta forma, perante um novel teónimo com incidência regional, ao qual, oportunamente, voltaremos mais detalhadamente. Os epítetos de ambos os testemunhos são seguramente distintos, indiciando o carácter tópico da deidade.

54. Tranoy 1981, p. 268.

55. *AquaeFlaviae*² 93.

56. A leitura da epígrafe, identificada em Almas do Concelho, Ribeira de Pena, é a seguinte: Ἀρϛϛεῖ Ἀνεῖκι/ce / C(aius) Ubac/cius Ap/er u(otum) s(oluit) l(ibens) / m(erito).

As restantes inscrições votivas relacionadas com Tresminas encontram-se em altares dedicados a Júpiter Ótimo Máximo e têm em comum o facto de a sua existência estar ligada à presença militar na área das explorações auríferas. Pela referência consular, temos a possibilidade de datar de forma absoluta uma delas (n.º 18) no ano de 130, no qual foram cônsules *Q. Fabius Catullinus* e *M. Flavius Aper*, constituindo dedicatória colectiva dos militares da *legio VII Gemina Felix*. Uma outra dedicatória colectiva (n.º 19) é realizada pelos militares da *cohors I Gallica Equitata ciuium Romanorum*⁵⁷, cuja integração cronológica deverá, plausivelmente, também fazer-se na primeira metade da segunda centúria. Todavia, uma questão se levanta e permanece sem solução: saber-se se a legião e a coorte enviaram em simultâneo efectivos para a área mineira ou se a sua presença foi sucessiva⁵⁸.

Estes altares podem representar testemunhos da comemoração dos aniversários das unidades a que pertencem os soldados destacados, ao modo do que se conhece por uma série de inscrições de Villalís, pelas quais também se fica a saber que esta coorte tinha o dia 22 de Abril como data de aniversário⁵⁹, sendo o 10 de Junho a data natalícia oficial da *legio VII Gemina*, também conforme se apreende nas dedicatórias *ob natalem aquilae*⁶⁰.

Está documentado um terceiro altar consagrado ao Júpiter Capitolino, mas a iniciativa parte de um militar deste corpo legionário. A sua cronologia é posterior à dos anteriores, conforme aponta a nomenclatura da legião, comprovando a presença militar na área mineira da Padrela até, possivelmente, aos inícios do século III: a ocorrência na inscrição do nome completo desta unidade, *legio VII Gemina pia felix*, deverá datar o texto do reinado de Septímio Severo, após a vitória sobre Albino na batalha de *Lugdunum*⁶¹. O militar em questão é *Q. Annius Modestus*, possivelmente de origem hispânica, conforme se pode deduzir dos dados onomásticos em apreço, oriundo, quiçá, dos sectores meridional ou nascente da Península, sem que se possa excluir a pertença ao quadrante noroeste⁶². Em face dos dados cronológicos, o seu recrutamento não terá ocorrido antes do reinado de Marco Aurélio⁶³. Esta consagração individual deverá, à partida, diferir, na motivação, dos fundamentos que terão sustentado as dedicatórias colectivas anteriores, sendo mais conveniente procurar a raiz desta iniciativa na recepção de um benefício pessoal, nem que fosse uma simples promoção.

Entre o material epigráfico arrolado constam mais duas inscrições, cujo valor é residual do ponto de vista da história social, atendendo a que não nos transmitirão, à partida,

57. É esta inscrição de Tresminas que permite estabelecer a nomenclatura completa desta unidade auxiliar do exército hispânico; sobre a sua história, veja-se Le Roux (1982, p. 147-148).

58. Em Villalís, as inscrições demonstram que a presença conjunta era uma regra, conforme destaca Le Roux (1982, p. 240).

59. Le Roux 1982, p. 148. Cf. *CIL* II 2556 = *ERPL*e 66; *AE* 1910, 1 = *ERPL*e 68; *AE* 1910, 2 = *ERPL*e 72.

60. Le Roux 1982, p. 151. Cf. *CIL* II 2552 = *ERPL*e 64.

61. Cf. García y Bellido 1970, p. 593; Le Roux 1982, p. 283.

62. Le Roux 1982, p. 197.

63. Le Roux 1982, p. 197, n.º 91bis, cuida ter sido recrutado no período flaviano, uma vez que, mercê de leitura enviesada do texto, toma a inscrição como sendo, o mais tardar, do fim do século I.



Fig. 9: Ara com a consagração *Arrue B[---]*.



Fig. 10: Ara dedicada a Júpiter por *Q. Annius Modestus*, soldado da *legio VII Gemina Pia Felix*.

denominações pessoais completas, mas, ainda assim, trazemo-las à colação, tentando recentrar o seu real sentido. Em primeiro lugar, aludimos à marca existente numa *tegula* (n.º 22) procedente das primeiras escavações realizadas na área do povoado da Veiga da Samardã. Wahl⁶⁴ interpreta-a como alusiva a oficinas de produção cerâmica do *municipium* de *Aquae Flaviae*, que abasteceriam a área mineira. O alcance histórico desta interpretação seria de extrema importância se o registo epigráfico não a contradissesse. Na realidade, será mais correcta a sua interpretação como um genitivo antroponímico, aludindo, plausivelmente, ao oleiro responsável pela produção. Atendendo ao genitivo *Talei*, esta teria sido realizada em *figlina*, supostamente, privada e, decerto, mais chegada à área mineira, ilação que não deixa de constituir importante pista para o estudo da organização da exploração mineira⁶⁵.

O outro registo respeita a inscrição gravada no interior da galeria do Texugo (n.º 21). De acordo com a informação disponível, trata-se de um simples nome interpretável como antroponímico, embora não tenhamos certeza quanto à correcção da transcrição. É o único documento epigráfico inequívoco e directamente relacionável com o trabalho nas frentes de mineração. Todavia, o seu aparente carácter espontâneo não nos autoriza deduções mais profundas, nomeadamente quanto ao estatuto jurídico do indivíduo em causa, uma vez que esta identificação uninominal poderá não corresponder à estrutura onomástica completa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no registo arqueológico, calcula-se o início da exploração planificada de Tresminas, tal como a fundação da área habitacional, o mais tardar no imperialato de Tibério, não sendo de excluir um arranque mais precoce⁶⁶. É também crível que a corta das Covas tenha atingido, no terceiro quartel do século I, uma dimensão considerável⁶⁷, admitindo-se o alargamento da galeria do Texugo por volta do virar do século.

Desta alvorada das explorações mineiras dão também conta as inscrições, mormente algumas das que documentam a presença de clunienses. As que respeitam a cidadãos romanos são, como vimos, anteriores à época flaviana, uma vez que o modo de identificação duonominal com *praenomen* e gentílico torna-se raro após o imperialato de Tibério.

64. Wahl 1988, p. 234-235.

65. O fornecimento de material cerâmico poderia ser uma das formas de trabalho tributário admitido à população peregrina.

66. Wahl 1988, p. 240, tem esta precaução tendo em conta a penúria de materiais com que contava, mas entre os quais pontuava a forma Drag. 17 da *terra sigillata* sudgálica datável do primeiro terço do século, lembrando também a este propósito o tesouro de Vales composto por cunhagens de C. e L. Caesar. Os resultados extraídos das recentes escavações dirigidas por C. Batata (2009) parecem confirmar estes apontamentos cronológicos.

67. Dedução realizada por Wahl 1988, p. 240, em função das lucernas encontradas nos *cuniculi* (galerias do Pilar e Texugo) que lhe estão associados.



Fig. 11: Marca sobre *tegula* (desenho: *apud* Wahl 1988, p. 235, abb. 7).
Escala 1:1.

Habitualmente, têm-se interpretado como respeitantes a mineiros de estatuto livre que, com o fito de melhorarem as condições de vida, se teriam sujeitado às dificuldades da mineração, equacionando-se que estes indivíduos pudessem ser, inclusive, resposta a uma certa penúria de mão-de-obra escrava e de *damnati ad metalla*⁶⁸. E, em alternativa, é também colocada a possibilidade de uma ligação a tarefas mais particulares, nomeadamente artesanais, fundamentais ao suprimento das necessidades decorrentes da organização das áreas de exploração mineira⁶⁹.

Todavia, o estatuto jurídico destes indivíduos, aliado ao facto de os seus enterramentos estarem inequivocamente relacionados com uma necrópole em conexão directa com uma área habitacional localizada paredes-meias com as frentes de trabalho, bem como o facto de manifestamente deixarem para a posteridade os seus epitáfios gravados em distintas estelas, mostrando alguma capacidade económica – mesmo que se esteja perante o resultado da pertença a um *collegium* funerário –, levam-nos a considerar pouco razoável que se trate de simples mineiros. Não rejeitamos, por isso, que possam ter sido especialistas que teriam desempenhado funções técnicas sob alçada do exército, nomeadamente durante o período preparatório do arranque da exploração, no qual terá sido mais intensa a necessidade de recursos humanos com qualificação específica, mas também, possivelmente, em continuidade, participando na direcção técnica dos trabalhos de produção minero-metalúrgica. Por exemplo, a organização e implementação da infra-estrutura hidráulica, parte importante no sucesso da empresa de exploração aurífera, implicava um labor extraordinário e a intervenção de técnicos capacitados para encaminhar uma rigorosa execução dos trabalhos. O mesmo se poderá apontar para o tratamento e transformação dos minérios, dada a complexidade dos procedimentos metalúrgicos envolvidos⁷⁰.

Num cenário deste tipo, não seria até de rejeitar que o estatuto jurídico de uma parte destes forasteiros pudesse resultar de concessões a título pessoal (*uiritim*) na sequência dos serviços prestados ao Estado, tendo em conta, por um lado, que a indicação da filiação por meio de idionimo poderá indiciar serem novos cidadãos e, por outro, a data da extensão do *Latium* à cidade de *Clunia*, plausivelmente em época tiberiana⁷¹.

A presença de um *Seurrus* em Tresminas é, deste ponto de vista, também significativa quando temos registo de outros indivíduos com esta mesma origem deslocados na região de Moncorvo⁷², onde o móbil da sua presença terá também sido a exploração mineira,

68. García 1971, p. 21; Domergue 1990, p. 347.

69. García 1971, p. 21-22.

70. Sobre os aspectos técnicos da indústria minero-metalúrgica romana em Tresminas e Campo de Jales, veja-se, em especial, Wahl 1998.

71. Abascal e Espinosa 1989, p. 66. É possível que tal distinção tiberiana, se não tardo-augustana, tenha sido estendida a outras cidades arévacas, como *Termes* e *Vxama*, a não ser que os casos de cidadania associados à tribo *Galeria* que se documentam relacionados com estas urbes resultem de concessões a título pessoal, tendo os restantes núcleos urbanos celtiberos ulteriores recebido o direito latino na época flaviana (cf. Gorrochategui *et alii* 2007, p. 289).

72. *CIL* II 6290 = *EE* 8, 126: Felgar; *AE* 1934, 19: Carviçais.

neste caso ligada às jazidas de ferro da Carvalhosa / Cabeço da Mua⁷³. Acresce ainda a verosímil documentação de sinal de elemento(s) desta etnia na área de Las Médulas, em inscrição rupestre⁷⁴ sobre um canal da rede hidráulica mineira, cuja interpretação, deveras sibilina, se poderá colocar em relação com o traçado dessa mesma infra-estrutura⁷⁵.

O estacionamento de tropas, nomeadamente na primeira metade do século II, não será, por si só, sinónimo de auge da exploração⁷⁶, mas, com segurança, indica o estatuto público das minas. Aí, destacamentos militares dos corpos estacionados no quadro macro-regional exerceram a fiscalização e o controlo do empreendimento mineiro, sendo neste papel peça fundamental para o bom desempenho das competências dos *procuratores metallorum*, mas não se limitariam a estas as suas atribuições, pois também, seguramente, desempenharam funções técnico-construtivas, nomeadamente no âmbito da topografia e num campo mais vasto de obras de engenharia, designadamente hidráulica, e de direcção técnica das explorações, como atrás apontámos, sem esquecer as incumbências gromáticas.

Como se viu, documenta-se em Tresminas a presença de soldados da *cohors I Gallica equitata ciuium Romanorum* e da *legio VII Gemina*. De acordo com o que se conhece em termos de distribuição de forças militares no Noroeste após a época flaviana, é ponto assente que a *legio VII Gemina* esteve estacionada em *Legio*, desde a sua instalação por Vespasiano até à extinção⁷⁷, sendo possível que o acampamento de *Aquis Querquennis* possa ter estado ocupado pela *cohors I Gallica equitata ciuium Romanorum* ou por um destacamento da *legio VII Gemina*, ou por componentes de ambas, simultânea ou sucessivamente, até ao seu abandono definitivo que, plausivelmente, ocorreu na terceira década da segunda centúria⁷⁸.

O fim das explorações auríferas no Noroeste situar-se-á entre os finais do século II e a primeira metade do século III⁷⁹, fechando, quiçá, a série epigráfica associada a Tresminas

73. Lemos 1993, Ib, p. 352-353, liga as duas inscrições a uma necrópole que, possivelmente, se relacionaria com os sítios mineiros de Vale de Ferreiros.

74. *ERPL* 319.

75. Cf. Sastre e Sánchez-Palencia 2002, p. 230.

76. Esta ideia é aventada por Wahl 1988, p. 240, parecendo-nos excessiva se apenas tiver razão de ser na documentação epigráfica.

77. Le Roux 1982, p. 151.

78. Rodríguez Colmenero 2006, p. 633.

79. Cf. Domergue 1990, p. 215-224, bem como síntese crítica em Sánchez-Palencia *et alii* 1994, p. 251-253. Em resumo, tem-se advogado a convergência de uma série de factores que indiciam o final das explorações auríferas do Noroeste, de modo intensivo e sistemático, como acentua Martins (2008, p. 119-125), por volta dos finais do século II ou dos inícios do século III. Uma parte prende-se com o registo arqueológico, como o abandono dos povoados mineiros, interpretando-se, por exemplo, o registo de ocupação mais tardia, da segunda metade do século IV, em Corona de Quintanilla, no Valduerna, como instalação efêmera, nomeadamente por parte de prospectores (cf. Domergue 1990, p. 217-218). Outra é carreada pela epigrafia, tendo-se em grande consideração a supressão da procuratela financeira para a *Asturia* e *Galaecia* (cf. Domergue 1974, p. 270-271; 1990, p. 288-291). Aduz-se, ainda, a evolução do sistema monetário romano, nomeadamente a situação da redução das cunhagens do *aureus* a partir de finais do século II provocadas por violenta deflação que atinge a economia imperial, tornando a exploração do ouro menos rendível (cf. Sánchez-Palencia *et alii* 1994, p. 252-253).

a inscrição dedicada pelo soldado legionário *Q. Annius Modestus*, datável de 197-211. Constitui prova de que a exploração em torno de Tresminas e Jales poderá ter atingido, pelo menos, os inícios do século III. Algumas das inscrições funerárias podem preencher este curso cronológico, uma vez que o registo arqueológico parece não avalizar uma ocupação muito mais dilatada, segundo se depreende dos resultados das intervenções na área do povoado e na necrópole⁸⁰.

O mais provável testemunho epigráfico dos *operati*⁸¹, isto é, da mão-de-obra mineira envolvida no particular trabalho de exploração, relacionado com o desmonte dos jazigos, talvez possa estar na inscrição da galeria do Texugo, mas, pelo carácter tendencialmente elitista da cultura epigráfica padronizada, também não seria, à partida, expectável que outra coisa acontecesse. A presença, em todo o caso minoritária, de indivíduos de origem servil ou mesmo de condição servil, sem vínculo público ou imperial, entende-se melhor em posição descentrada relativamente ao trabalho mineiro, mas em ligação a determinados notáveis, realizando possivelmente serviço doméstico, quer os procuremos no seio do aparelho administrativo, técnico ou militar.

Em suma, os dados epigráficos em questão parecem-nos reveladores de uma realidade social que terá mais a ver com a gestão e manutenção técnica, bem como com o controlo das minas, claramente vinculada às frentes de exploração, do que propriamente com a mão-de-obra empregue no trabalho mineiro propriamente dito. A participação das populações indígenas no esforço de exploração, debaixo do controlo do Estado, protagonizado pela máquina administrativa fiscal e pelo exército, mediante prestações pessoais de trabalho gratuito, é figurino que, em termos de modelo, não deixa de ser consentâneo com o registo epigráfico.

80. Wahl 1988, p. 243, mostrou-se céptico quanto ao funcionamento das minas até ao século III, admitindo, inclusive, a possibilidade de não ter durado toda a segunda centúria. Todavia, para além da cronologia, por nós revista, da inscrição, haverá que contar com o achado, nas escavações recentes realizadas, na área povoado, por C. Batata (2009, p. 428-429), de um numisma supostamente datável de meados do século III, sobre o qual não são dados pormenores para além de que é forrado a prata.

81. Termo utilizado por Plínio, *N. H.*, 33, 70.

Anexo: Inscrições relativas à área mineira de Tresminas e Campo de Jales.

1. Estela (?) funerária de *Ponto Ladi f.*

Leitura:

Ponto / *L¹adi *f¹(ilius) Se/urru¹ *C¹ Campi/oeic(o)? an(norum) XLVII Se/n[---

Procedência: Igreja paroquial, Tresminas.

Bibliografia: CIL II 2391: com reprodução das versões de F. X. da Serra Craesbeck, PONTO / IADIISE / VRRVS / D CAMPI / OEIC AN / XLVII SE / N[---], e de A. Sousa Pinto, IONTO / IADLCSI / VRRVS / DC[---]VIPI / OFICAN [---, sugerindo-se para as l. 4-5 d(octor) campi ofic(ialis) [Th. Momsen]; *Aquae-Flauiae*² 286: Ponto / Ladi (filius) Se/urru¹ / (castelum) Campi/oeic(o) an(norum) / XLVII Se/u[erus]?; Guerra 1998, 1, p. 214, n.º E.156.3; Silva 2007, p. 429, n.º 604 (epig. 18); Batata *et alii* 2008, p. 139, n.º 115c-3.

Paradeiro: Desconhecido.

Cronologia: 1-130 (uso de nominativo; onomástica e provável utilização do C invertido na indicação de proveniência).

Notas: Após a menção da idade do defunto é possível que se inicie a identificação do dedicante, cujo idió-nimo poderá corresponder a *Senecio*, *Senecianus*, *Seneca*... Poder-se-ia supor a incompletude das duas primeiras linhas no seu começo, de forma a reconstituir [F]ronto [V]iadi f., mas a documentação do antropónimo *Ponto* em inscrição de Salamanca (*ILER* 2871) aconselha o respeito pela lição de Serra Craesbeck. Este posicionamento crítico implica que também para o patronímico se considere acertado o número de caracteres transmitido, embora seja preferível a correção do primeiro, indicado como sendo simplesmente uma haste, para L, tendo em conta a existência de antroponímia indígena com o mesmo radical (Albertos 1966, p. 127), nomeadamente *Ladienus* (San Esteban de Gormaz: *CIL* II 2827; Mérida: *HEp* 11, 58 = *HEpOL* 24232), para além de teonímia, como documenta o epíteto *Ladico* associado a Júpiter em inscrição de Ourense (*CIL* II 2525), cujo contexto geográfico reforça, de algum modo, a validade do procedimento. A interpretação da indicação étnica é pacífica, sendo também credível a ocorrência na continuação da inscrição da referência ao *castellum* de procedência do defunto, conhecendo-se outros casos de *Seurri* que associam à sua identificação esta precisão geográfica (cf. *CIL* II 6290 = *EE* 8, 126; *AE* 1934, 19). Todavia, não temos por suficientemente segura a indicação toponímica. Uma forma **Campigeico* seria sustentável, a qual teria paralelo na indicação adjectival pátria *Campegiensis*, naturalmente derivada de um topónimo, presente num *terminus* localizado em Villamiel, na serra da Gata (*HEp* 3, 147 = *HEp* 5, 282).

2. Estela funerária de *C. Couneancus Fusci f.* e de *L. Ascius [..]ri f.* (fig. 2).

Granito / 101.5 x 63 x 17.

Leitura:

**C(aius) Cou¹ne¹/ancu¹ / Fu¹sci f(i)lius Clu(niensus) / *an¹(norum) XL / L(ucius) *A¹scius [..]/r¹i
[f(i)lius] *an¹(norum) [---] / [h(ic) s(iti) s(unt)]**

Procedência: Vilarelho, Tresminas.

Bibliografia: Argote 1734, livro 3, cap. 2, p. 480: C. COV¹NE¹ / ANCVS / FVSCI E CLV / N XL / LA CIV [---] / [---] / V S C / XXX H S E; *CIL* II 2390: C(ornelius) Cou¹ne¹/ancus / Fusci [f(i)lius] Clu(niensus) / [a]n(norum) XL / LA CIV / [---] / VS C / XXX h(ic) s(itus) e(st); Botelho 1907, p. 28-29: C. COV¹NE¹ / ANCVS / FVSCIECLV / N XL / LA+CIV [---] / [---] / VSC / XXX HSE; Almeida 1970, p. 295; García 1973, p. 22: C(aius) Coune/ancus Fusci f(i)lius / Clu(niensus) / a(nnorum) XL / Laci/[---]/us c(lunien-

sis?) / [an(norum)] XXX h(ic) s(itus) e(st); Alarcão e Wahl 1997, p. 122, n.º 10.3: C(aius) Coune/ancus / Fusc(i) f(ilius) Clu(niensis) / an(norum) XL / Lascius [---] / [---]; *AquaeFlaviae*² 234: C(aius) Cou'ne'/ancus / Fusc(i) f(ilius) Clu(niensis) / [a]n(norum) XL / I(ulius) Macius [---] / [---]; Martins 2008, 2, p. 214, n.º 11.9: C(aius) Coune/ancus / Fusc(i) f(ilius) Clu(niensis) / [a]n(norum) XL / Laci(i)us [---] / [---]; Batata *et alii* 2008, p. 145, n.º 115c-17: C(aius) Cou'ne'/ancus / Fusc(i) f(ilius) Clu(niensis) / an(norum) XL / T(uscus) Asc(i)us [---].

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 6517).

Cronologia: 1-50 (formulário; uso de nominativo; estruturas onomásticas; paleografia).

Notas: Epitáfio duplo de cidadãos romanos, sendo, pelo menos, um deles de origem cluniense. O primeiro identifica-se com *praenomen* e gentílico, não canónico, de origem indígena, seguido de patronímico e indicação de *origo*. A estrutura onomástica do segundo defunto encontra-se incompleta, mas, na restituição que propomos, não há lugar para a *origo* após o patronímico. No caso deste defunto, o gentílico é romano (Solín & Salomies 1988, p. 23), embora pouco frequente, conhecendo-se também uma forma adjectival *ascius* 'soalheiro'. Enquanto antropónimo surge, ao nível das províncias europeias ocidentais (*OPEL* 1, p. 181-182), como cognome na *Moesia Superior*, documentando-se na *Dacia* a forma feminina; como gentílico apenas se regista uma vez (*CIL* XIII 3707). O patronímico em genitivo não teria mais de quatro caracteres. *Fuscus*, antropónimo latino aqui empregue como patronímico do primeiro defunto, ocupa, conjuntamente com a forma feminina, a décima segunda posição na lista de frequência de *cognomina* e nomes únicos de Abascal (1994, p. 375-376). *Couneancus* constitui um hápax (Abascal 1994, p. 336). Apesar de os antiquários setecentistas pressuporem pertencer a esta epígrafe mais um pequeno fragmento (cf. Argote 1734, livro 3, cap. 2, p. 480), preferimos considerá-lo correspondente a outra inscrição (n.º 3), tendo em atenção as diferenças litológicas e metroológicas (cf. Botelho 1907, p. 31), bem como o inconveniente da fórmula funerária que ostenta.

3. Estela funerária de defunto desconhecido (fig. 3).

Granito / [40] x 56 x 20.

Leitura:

---]/us C[**I(uniensis) an(norum)**] / **XXX h(ic) s(itus) e(st)**

Procedência: Vilarelho, Tresminas.

Bibliografia: Argote 1734, livro 3, cap. 2 p. 480: C. COV'NE' / ANCVS / FVSCI E CLV / N XL / LA CIV [---] / [---] / V S C / XXX H S E; *CIL* II 2390: C(ornelius) Cou'ne'/ancus / Fusc(i) f(ilius) Clu(niensis) / [a]n(norum) XL / LA CIV / [---] / VS C / XXX h(ic) s(itus) e(st); Botelho 1907, p. 35: VSC / XXX H S E; Vasconcellos 1927-1929, p. 216-217, n.º 6: ---]/us C[---ann(orum)] / XXX h(ic) s(itus) e(st); Batata *et alii* 2008, p. 145, n.º 115c-18.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 6524).

Cronologia: 1-130 (uso de nominativo; formulário; comparação com a estrutura e formulários das restantes relativas a clunienses; paleografia).

Notas: O estado fragmentário do texto impede a sua cabal compreensão. A fórmula que o remata indica claramente tratar-se de epitáfio, devendo o numeral que a antecede referir-se à idade do defunto. Desta forma, é plausível que as duas letras que iniciam a primeira linha conservada correspondam à desinência nominativa de um nome; na sua sequência propõe-se a existência de uma indicação de procedência e da abreviatura indicativa da idade.

4. Estela funerária de *Siluanus Seueri* (?).

Granito? / 2 palmos x 1.5 palmos x ?.

Leitura:

Siluan/us ◊ **Seue/[ri]**? ---

Procedência: Capela de Santa Bárbara, Granja, Tresminas.

Bibliografia: Argote 1734, livro 3, cap. 18 p. 635: SILVAN/VS SEVE; *CIL* II 2392: Siluan/us Seue/[ri f(ilius) ---]; *ILER* 6569; *AquaeFlaviae*² 291: Siluan/us Seue/ri f(ilius) [---] / [---; Batata *et alii* 2008, p. 144, n.º 115c-16: Siluan/us Seue/ri f(ilius).

Paradeiro: Desconhecido.

Cronologia: 1-130 (uso de nominativo).

Notas: Trata-se, possivelmente, de epitáfio de peregrino, considerando a utilização do antropónimo latino *Siluanus*, cuja incidência ao nível da população servil ou de origem servil é meramente residual (Kajanto 1965, p. 216), seguido de um outro latino, *Seuerus* ou um dos seus derivados, que deverá corresponder a patronímico.

5. Estela funerária de *Prima* e de *Amanda L. Iuli Dextri l.* (fig. 4).

Granito / [114] x 81 x 21.

Leitura:

Prima ◊ **L(uci)** ◊ **Iu/li Dextri** ◊ / **lib(erta)** ◊ // **Amanda** ◊ / **L(uci)** ◊ **Iuli Dextr[i]** / **[lib(erta)]h(ic)** ◊ **s(itae)** ◊ **s(unt)** ◊

Procedência: Tresminas (freguesia).

Bibliografia: Botelho 1907, p. 27-28: Prima L(uci) Iu/li Dextri / lib(erta) // Amanda [L(uci)] Iuli Dextr[i] / lib(erta) h(ic) s(itae) s(unt) [J. L. Vasconcellos, p. 27, n. 1]; Vasconcellos 1913, p. 406, 411 e 428; Alarcão e Wahl 1997, p. 123, n.º 10.5: Prima L(uci) Iu/li Dextri / lib(erta) // Amanda [L(uci)] Iuli Dextr[ri] / [lib(erta)] h(ic) [s(itae) s(unt)]; *AquaeFlaviae*² 233: Prima L(uci) Iu/li Dextri / lib(erta) // Amanda [L(uci)] Iuli Dextr[i] / lib(erta) / [h(ic) s(itae) s(unt)]; Martins 2008, 2, p. 213, n.º 11.8; Batata *et alii* 2008, p. 140, n.º 115c-5.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 8218).

Cronologia: 71-130 (formulário; uso de nominativo; abreviatura de *liberta*; *hederae*; paleografia).

Notas: Epitáfio conjunto de duas libertas de *L. Iulius Dexter*, subentendendo-se a posse por parte de ambas do gentílico *Iulia/-us*, o mais representado na *Hispania* (Abascal 1994, p. 151-163). O patrono é cidadão romano, com estrutura onomástica trinominal.

6. Estela funerária de *T. Boutius Segonti f.* (fig. 5).

Granito / [91] x 56 x 21.5.

Leitura:

T(ito) ◊ **Bouti/o** ◊ **Seg/onti** ◊ **f(ilio)** ◊ / **Cl(uniensi)** ◊ **an(norum)** / **XL** ◊ **h(ic)** ◊ **s(itus)** ◊ **e(st)**

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Vasconcellos 1936, p. 193-194: T(ito) Bouti/o Seg/onti f(ilio) / Cl(uniensi) an(norum) XI / h(ic) s(itus) e(st); Cardozo 1954, p. 132, n. 1; *HAE* 517: T. Bouti/[---]o Seg/onti f. / Cl. an. XL / h. s. e. / [---; Almeida 1970, p. 294; García 1973, p. 19, n.º 2; Alarcão e Wahl 1997, p. 122, n.º 10.2: T(ito) Bouti/o Seg/onti f(ilio) / Cl(uniensi) an(norum) X[L] h(ic) s(itus) e(st); *AquaeFlaviae*² 329; Martins 2008, 2, p. 208, n.º 11.3: T. Bouti/o Seg/onti f. / Cl. an. XL / h. s. e. / [---; Batata *et alii* 2008, p. 141, n.º 115c-8.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 8213).

Cronologia: 51-60 (formulário; uso de dativo; estrutura onomástica; paleografia).

Notas: Epitáfio de cluniense com estatuto de cidadão romano. Identifica-se com *praenomen* e gentílico de formação patronímica, seguidos de filiação e *origo*. *Boutius* é antropónimo indígena com larga com-

provação hispânica – ocupa o vigésimo posto na lista de *cognomina* e nomes únicos de Abascal 1994, p. 303-304, sendo o quarto nome indígena na mesma série –, com incidência na parte oriental da Lusitânia e ramificações na Meseta (cf. Untermann 1965, p. 72-73, mapa 18), aqui utilizado como gentílico de formação patronímica. *Segontius*, bastante menos documentado, tem distribuição preferencial na parte norte-oriental da área celtibérica (Abascal 1994, p. 502; Untermann 1965, p. 157-158, mapa 67), fazendo jus à origem do defunto.

7. Estela funerária de *C. Septumius L(uci) f.* (fig. 6).

Xisto / [63] x 30 x 7.

Leitura:

C(aio)•Şept'um'io / L(uci)•f(ilio)•Clu(niensi)•'an'(norum)•XXX / h(ic)•s(itus)•e(st)

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Vasconcellos 1936, p. 193-194: C(aius) Sept'um'ius / L(uci)? f(ilius) Clu(niensis) 'an' XXX / h(ic) s(itus) e(st); Cardozo 1954, p. 132, n. 1: C. Sept'um'ius / [---] f. Clu. 'an'. XXX / h. s. e; HAE 518: C. Septumius / [---] f. a/[---] XXX / h. s. e.; Almeida 1970, p. 294: C(aius) Septimius / I? f(ilius) Clu(niensi) 'an' XXX / h(ic) s(itus) e(st); García 1973, p. 19, n.º 1: C(aius) Septumius / [---] f(ilius) Clu(niensi) a(nnorum) XXX / h(ic) s(itus) e(st); Le Roux e Tranoy 1984, p. 36, n. 65 e fig. 10; *AquaeFlauiae*² 330; Batata *et alii* 2008, p. 141, n.º 115c-9.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 8217).

Cronologia: 51-70 (formulário; uso de dativo; estrutura onomástica; paleografia).

Notas: Epitáfio de cidadão romano cluniense. Identifica-se com *praenomen* e gentílico, seguidos de filiação e *origo*. O gentílico *Septimius* tem razoável expressão peninsular (*OPEL* 4, p. 69), mas a grafia alternativa aqui documentada é mais escassa (cf. Abascal 1994, p. 219, que distingue ambas as formas).

8. Estela funerária de *C. Licinius* [.(---) f.] (?) (fig. 7).

Xisto / [28] x 51 x 8.

Leitura:

Ç(aio)•Licij[io] / [•f(ilio)]•Cluj(iensi)•an(norum) / XXV•h(ic)•s(itus)•e(st)

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Vasconcellos 1936, p. 193-194: C(aius) Licinius / Clun(iensis) an(norum) / XXV h(ic) s(itus) e(st); Cardozo 1954, p. 132, n. 1; HAE 519; Almeida 1970, p. 294; *AquaeFlauiae*² 331; Batata *et alii* 2008, p. 141-142, n.º 115c-10.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 8218B).

Cronologia: 51-65 (formulário; uso de dativo; estrutura onomástica; paleografia).

Notas: Epitáfio de cidadão romano com *origo* cluniense. Identifica-se com *praenomen* e gentílico, seguidos, plausivelmente, da filiação, por meio de *praenomen*, e da *origo*. O gentílico é dos mais frequentes na Hispânia, ocupando a sexta posição no rol elaborado por Abascal 1994, p. 168-173.

9. Estela funerária de *Niger Ai* [--- .

Granito / [58.5] x 51 x 17.

Leitura:

Niger•Ai/[---

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Cardozo 1954, p. 132; Almeida 1970, p. 295: NIGER AI *uel* NIGERAF; Tranoy 1981, p. 224, n.º 232: NIGERAI / [---; Alarcão e Wahl 1997, p. 123, n.º 10.4; Martins 2008, 2, p. 207, n.º 11.2; Batata *et alii* 2008, p. 140, n.º 115c-4.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º E 8214).

Cronologia: 1-130 (uso de nominativo; paleografia).

Notas: Apenas podemos apurar o idionimo do defunto. A incompletude do texto não permite determinar o seu estatuto, que, todavia, não parece relacionar-se com a cidadania romana. No final da linha inicia-se outro antropónimo que poderá corresponder a um patronímico ou à indicação de um patrono ou senhor, caso se esteja perante um liberto ou escravo de peregrino. *Aio* ou *Aius* seriam hipóteses credíveis, mormente se o epítáfio correspondesse ao de mais um indivíduo procedente da Meseta (cf. Abascal 1994, p. 263). O nome latino *Niger* tem penetração nas zonas mais romanizadas da *Citerior*, mas apresenta uma distribuição mais intensa na parte meridional da Península (Untermann 1965, p. 138-139, mapa 57; Abascal 1994, p. 439).

10. Estela funerária de [.] *Magius Magi f.*

Xisto negro grafitoso / [45.8] x [72.3] x 6.

Leitura:

[.] **Magius** / [Ma]gi ◊ f(ilius) ◊ Clun/iensis ◊ an/norum XX[.]? / h(ic) s(itus) e(st)

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Parente 1980, p. 6: 134-135: *Magius* / *Magi f(ilius) Clun/iensis an/norum XX* / *h(ic) s(itus) e(st)*; *AE* 1980, 583: [---] *Magius* / [Ma]gi f(ilius) Clun/iensis an/norum XX[---] / *h(ic) s(itus) e(st)*; Alarcão e Wahl 1997, p. 122, n.º 10.1; *AquaeFlaviae*² 218: [---] *Magius* / [Ma]gi f(ilius) Clun/iensis an/norum XX[.] / *h(ic) s(itus) e(st)*; Martins 2008, 2, p. 216, n.º 11.11; Batata *et alii* 2008, p. 138-139, n.º 115c-1: [M]agius / Magi f(ilius) Clun/iensis an/norum XX / h(ic) s(itus) e(st).

Paradeiro: Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

Cronologia: 1-70 (formulário; uso de nominativo; estrutura onomástica; paleografia; pontuação).

Notas: Epítáfio relativo a cidadão romano originário de *Clunia*. O gentílico *Magius* tem outros testemunhos entre os celtiberos ulteriores (*CIL* II 5792; *EE* 8, 144; *AE* 1985, 592). A sua frequência em ambientes celtas (cf. *OPEL* 3, p. 46) terá sido favorecida por fenómeno de homofonia relativamente a determinados nomes indígenas, entre os quais o homógrafo nesta inscrição documentado como patronímico.

11. Estela funerária de ---] *Sorex*.

Granito / [131] x 64 x 15.

Leitura:

---] / **Sorex** / Clu(niensis) / an(norum) ◊ XXX ◊ / h(ic) ◊ s(itus) ◊ e(st) ◊ / s(it) ◊ t(ibi) ◊ t(erra) ◊ l(euis) ◊

Procedência: Covas, Tresminas.

Bibliografia: Wahl 1988, p. 238; *AquaeFlaviae*² 333; Martins 2008, 2, p. 206, n.º 11.1: *Sorex* / Clu(niensis) / an(norum) XXX / h(ic) s(itus) e(st) / s(it) t(ibi) t(erra) l(euis); Batata *et alii* 2008, p. 139, n.º 115c-2.

Paradeiro: Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

Cronologia: 51-130 (formulário; uso de nominativo; paleografia).

Notas: A utilização metonímica do substantivo *sorex* ao nível da antroponímia é bastante invulgar (cf. Abascal 1994, p. 514; *OPEL* 4, p. 88). A sua semântica acaba por ser algo pejorativa e, estando a inscrição incompleta na parte inicial, não será descartável a hipótese de se estar perante o cognome de um liberto, possivelmente com estrutura onomástica trinomial, que conserva o antigo nome de escravo – em cinco exemplos deste antropónimo registados no *CIL*, três dizem respeito a *liberti* (Kajanto 1965, p. 329).

12. Grafito sobre pote.

Cerâmica / ? x ?.

Leitura:

Allius Arru(s)

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Batata (2009, p. 420): Allius Arru.

Paradeiro: Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

Cronologia: 151-230 (estrutura onomástica; paleografia).

Notas: Provém das escavações arqueológicas realizadas por C. Batata na necrópole da Veiga da Samardã em 2008. O gentílico latino *Allius* tem razoável penetração no Noroeste, mormente na *Asturia*, embora seja mais intensa a sua presença na Lusitânia (cf. Abascal 1994, p. 75; Vallejo 2005, p. 116-117). Por seu lado, o cognome indígena *Arrus* surge documentado em inscrição de Badajoz, mas referente a um emigrado cluniense (*HEp* 1, 1989, 203 = *AE* 1968, 218). Uma marca de oleiro sobre forma Dragendorff 18 de *terra sigillata* sudgálica com o nome em causa documenta-se em *Conimbriga* (Étienne *et alii* 1976, p. 127, n.º 153), o que nos dá conta da presença do nome fora da *Hispania*, conhecendo-se outros exemplos em Roma (*CIL* VI 10229, 36) e na *Germania Superior* (*DAG* § 228, IV). A forma não geminada *Arus* tem presença centrada no Noroeste, havendo, ainda, a forma *Arro*, que conhece uma distribuição mais ampla, mas com forte presença no Nordeste lusitano e Sul da *Asturia* (cf. Vallejo 2005, p. 165-167). O defunto, com estatuto de cidadão romano, é de extracção indígena, verosimilmente não autóctone, podendo a onomástica remeter genericamente para o Ocidente peninsular setentrional. O carácter da inscrição, necessariamente breve, não permite mais precisões, não sendo, à partida, escamoteável a possibilidade de o defunto ter tido um estatuto especial, por exemplo, militar.

13. Estela funerária dos pais de *Fortunata* (fig. 8).

Granito / [74.2] x 45.6 x 19.5.

Leitura:

D(is)•M(anibus)•s(acrum) / Fortu/nata fili/a matri / Auniae / pia•p(osuit)•et / patri Sem/[n]o an(norum)? [---

Procedência: Campo de Jales, Vreia de Jales.

Bibliografia: Botelho 1907, p. 30-31: D. M. S. / FORTVN+/ATA FILI/A MATRI / AVNIAE / PIA P. FT / PATRI +M/ O++; Alarcão e Wahl 1997, p. 123, n.º 10.6: D(is) M(anibus) s(acrum) / Fortu/nata fili/a matri / Auniae / pia p(osuit) et / patri p(ia) m/[e]mor(iam) [---] / [---]; *AquaeFlaviae*² 235: D. M. s. / Fortu/nata fili/a matri / Anniae / Pra. P. et / Patri[---]; Martins 2008, 2, p. 176, n.º 11.1: D(is) M(anibus) s(acrum) / [---] Fortu/nata fili/a matri / Auniae / pia p(osuit) et / patri p(ia) m/ O RM; Batata *et alii* 2008, p. 168-169, n.º 143d.

Paradeiro: Museu Nacional de Arqueologia (n.º 2003.23.1).

Cronologia: 101-230 (presença de invocação aos Manes; uso de dativo; adjectivo moral; paleografia).

Notas: Epitáfio de um casal, mandado lavar pela filha. *Aunia* é nome de origem indígena, contrariamente a *Fortunata* e ao nome do pai, verosimilmente *Semnus*, antropónimos, respectivamente, de origem latina e grega. Para além de estar presente na Lusitânia, *Aunia* tem comprovação na área ástur-celtibérica (cf. Abascal 1994, p. 295). *Fortunata* e a respectiva forma masculina são dos cognomes / nomes únicos mais frequentes na Península, segundo a listagem de Abascal 1994, p. 371, na qual ocupam a vigésima segunda posição, sendo notória a sua distribuição nas áreas mais romanizadas, meridionais. Por seu lado, a forma latinizada *Semnus* tem comprovação na Lusitânia (*CIL* II 148), associada a indivíduo de condição servil, e em *Clunia* (*CIL* II 2773), neste caso referida ao patrono de um libertos. Em face dos elementos onomásticos em questão, é bastante plausível que se esteja perante indivíduos de condição servil. O facto de

apenas se indicar a idade do pai sugere que a memória da mãe poderá ter sido associada ao epitáfio mandado executar aquando do falecimento daquele.

14. Estela funerária de *Cornelius Reburrus*.

Granito? / 5 palmos x 2.5 palmos.

Leitura:

[Ann(orum)] XXVII [m(ensium)]? / V Dis Ma/nibus L(ucius) Co[r(nelius)] / Flacili f^o(ilius) / Mori^oni^os? p^o(osuit)? / sui (!) filio Re/burro

Procedência: Gestal, Moreira de Jales, Alfarela de Jales.

Bibliografia: Argote 1734, livro 3, cap. 2, p. 469: XXVII / V DIS MA/NIBVS ECO / FLACILII / MORSA SO / SVI FILIO RE/BVRRO; *CIL* II 2393: com reprodução das versões de F. X. da Serra Craesbeck, XXVII / UDIS MA/NIBVS LCO / HAC LI / MORIAL / VIFILIORC / BVRRO, e de A. Sousa Pinto, XXVII / VDIS MA/NIBVS ECO / FLACILIO / MORSASO / SVSVI FILIOTE / BVRRO, propondo-se [In frente p(edes) --- in agro p(edes)] XXVII / Dis Ma/nibus L. Co[r(nelii)] / Flaccilli / [ann]or(um) [---] / [c]u[m] filio Reburro; Botelho 1907, p. 31; Almeida 1970, p. 295; *AquaeFlauiae*² 289; Batata *et alii*, 2008, p. 57-58, n.º 18: XVII / Dis Ma/nibus Eco / Flacilio Morsaso / sui filio Re/burro.

Paradeiro: Desconhecido.

Cronologia: 131-230 (presença da invocação aos Manes, por extenso; modo de menção da idade, abreviatura do gentilício, integrada em estrutura onomástica trinominal).

Notas: Como paralelo para a estrutura deste epitáfio serve-nos adequadamente a inscrição de uma estela valpacense de Água Revés (*AquaeFlauiae*² 294). As correções propostas têm por base as versões setecentistas de Serra Craesbeck e António de Sousa Pinto compiladas por Hübner no *CIL*. O gentilício proposto para o dedicante, pai do defunto, é dos mais frequentes em solo peninsular. Contrariamente, o cognome *Morinis* apenas está documentado em León (*ERPL*e 139), associado a uma mulher, podendo ter nesta inscrição novo testemunho, pensando-se na possibilidade de ambos os géneros coincidirem no tema em *-i(s)* (cf. Kajanto 1965, p. 23-25, abordando o género dos *cognomina* latinos). A forma do seu patronímico, a estar bem lida, constitui variante sem gemação da norma latina *Flaccillus*, tendo nesta inscrição o único exemplo peninsular (Abascal 1994, p. 365). O defunto, apenas identificado pelo cognome *Reburrus*, que tem boa representação hispânica e especial concentração nos territórios galaico e ásture (cf. Abascal 1994, p. 480-482; Vallejo 2005, p. 384-388), partilharia o gentilício paterno. Pai e filho seriam, assim, cidadãos romanos.

15. Ara votiva com a dedicação *Nabiae*.

Granito / 53.5 x 46 x 34.5.

Leitura:

Nabīaē / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo) / [R]ufinū[s]? / [Ca]rūnīus?

Procedência: Covas, Tresminas.

Bibliografia: Parente 1980, p. 132-133: Nabiae / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo) / Rufinus / Rubunius; *AE* 1980 581; García 1990, p. 287, n.º 7; García 1991, p. 171, n.º 172: Nabiae / u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo) / Rufin[us]? / Rubunius?; Alarcão e Wahl 1997, p. 122, n.º 9.4: Nabiai / [u(otum) s(oluit) l(ibens) a(nimo)]? / [---INV ---]? / [---VNIVS]? / [---?]; *AquaeFlauiae*² 131: Nabiae / [Ruf]inus / Fl(aui) filius / Iunius / ex uoto; Martins 2008, 2, p. 209, n.º 11.4: Nabiae / [Ruf]inus / Fl[au]i filius / Iunius / ex uoto; Batata *et alii* 2008, p. 142, n.º 115c-11.

Paradeiro: Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (n.º 1996.10.7024).

Cronologia: 151-230 (identificação duonominal do dedicante; paleografia).

Notas: O estado de conservação do suporte, nomeadamente o intensíssimo desgaste superficial que afecta a face que acolhe o campo epigráfico, apenas permite ter como segura a epiclese. A fórmula votiva e o nome do dedicante são de difícil apreensão, embora nos pareça, em função dos ténues sulcos que se conservam, e que por vezes mais se adivinham do que se discernem, que a proposta de leitura de J. Parente seja a que mais se aproxima da realidade do texto epigráfico. Na derradeira linha, preferimos a um inusitado *Rubunius*, sem qualquer outro paralelo, a reconstituição do antropónimo *Caurunius*, tendo em atenção que o B da proposta de Parente parece ser mais um R e que antes dos vestígios do primeiro V há espaço para mais dois caracteres. De facto, o antropónimo *Caurunius* está documentado como antropónimo, associado ao genitivo de plural *Caurunicum*, em inscrição salmantina de Yecla de Yeltes (*ERPSA* 160). Interpreta-se a nomenclatura duonimial do dedicante como caso de inversão onomástica.

16. Ara votiva com a dedicação *Munidi* (?).

Granito / 53.5 x 46 x 34.5.

Leitura:

[Mu]nidi? / Q(uintus)? A(---) [.(---)] / u(otum) l(ibens) s(oluit)?

Procedência: Tresminas (freguesia).

Bibliografia: *AquaeFlaviae*² 199: [Mu]nidi / u(otum) l(ibens) [---; Martins 2008, 2, p. 217, n.º 11.12: [---] / [---] / u(otum) l(ibens); Batata *et alii* 2008, p. 140, n.º 115c-6.

Paradeiro: Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

Cronologia: 101-230 (natureza do texto; tipologia do suporte; paleografia).

Notas: A leitura apresentada para a epiclese baseia-se na proposta original de Rodríguez Colmenero, a qual os resultados da autópsia realizada não excluem, embora se acolha sob reserva. A natureza votiva da epígrafe é garantida pela fórmula final, que, atendendo aos espaços interliterais, deveria ser constituída por três siglas. A linha intermédia recebeu a identificação do dedicante, aparentemente trionimial, apresentada por intermédio das iniciais. É de notar possível coincidência das duas primeiras com as do nome do *miles* da *legio VII Gemina* que dedica a Júpiter um altar (n.º 20).

17. Ara votiva com a dedicação *Arrue B* [---] (fig. 9).

Granito / [74] x 44 x 35.5.

Leitura:

Arrue B [.] / [---] i u / s 'An'eli f(ilius) u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito)

Procedência: Tresminas (freguesia).

Bibliografia: Cortez 1957, p. 104, n.º 9: ADBV / [---] / [---] / [---] / A X [---] / SMDI VSL M; Tranoy 1981, p. 268; *AquaeFlaviae* 86: Dadruuilo uel Madruuilo / [---] / [---] / [---] Iuliu/s Nelli u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito); *AE* 1987, 262e; *HEp* 2, 868; Garcia 1991, p. 566, n.º Z1; *AquaeFlaviae*² 93: Dadruuilo / [---] / [---] / [---] Iuliu/s Nelli u(otum) s(oluit) l(ibens) m(erito); Martins 2008, 2, p. 215, n.º 11.10; Batata *et alii* 2008, p. 140-141, n.º 115c-7.

Paradeiro: Museu da Região Flaviense (n.º 27).

Cronologia: 101-230 (estrutura onomástica; paleografia, capital alongada).

Notas: Trata-se de inscrição dedicada a divindade indígena, mas o estado de conservação da face epigráfica não permite uma leitura cabal da epiclese. Sem que possamos vincular-nos a qualquer proposta anteriormente apresentada – antes da proposta de Rodríguez Colmenero, Tranoy havia avançado que o teónimo poderia ser *Aduana* ou *Apruna* – diremos, com alguma segurança, que a primeira letra do teónimo parece ser um A e que a autópsia realizada nos sugere a leitura *Arrue*, o que aponta para divindade até agora desconhecida, mas que também parece registar-se em inscrição inédita de Ribeira de Pena.

Seguir-se-á um epíteto, plausivelmente iniciado por B, extensível à segunda linha. Quanto ao nome do dedicante, apenas temos possibilidade de identificar por completo o seu patronímico. Seguindo a única anterior proposta de leitura minimamente coerente, estaríamos confrontados com um hápax – *Nell(i)us* – sem qualquer documentação à escala imperial; todavia, a análise autóptica do monumento permite-nos a correcção que estabelecemos. Desta forma, o genitivo *Aneli* terá verosimilmente correspondência com a forma do género masculino relacionada com o antropónimo indígena *Anelia*, documentado em inscrição de Valdenebro de los Valles, na província de Valladolid (*ILER* 6113 + *IRPV* 22). Um possível genitivo *Anili* em inscrição zamorana de San Pedro de la Nave (Abascal 1994, p. 351 + *CIRPZ* 168) levou Albertos (1966, p. 26) a considerar indígena uma forma **Anilia*. Antecede-o um antropónimo terminado em *-ius*.

18. Ara votiva dedicada a Júpiter pelos militares da *legio VII Gemina Felix*.

Granito / 83 x 40 x 35.

Leitura:

I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) ◀ s(ol)uerunt / mil(ites) ◀ leg(ionis) / VII G(eminae)

F(elicis) ◀ Ca/tullino e[st] Apr[et] / [o] ç(ōn) s(ulibus)

Procedência: Vilarelho, Tresminas.

Bibliografia: Argote 1734, livro 3, cap. 2, p. 481: I O M / VOI SOI / MIL. LEG / VII GEC^A / IVLLINOE + APR; *CIL* II 2389: I O M / VOT SOL / MIL LEG / VII GEM / CATVLLINO ET APRO / COS; Sarmiento 1894, p. 205: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / vot[um soluerunt] / mil(ites) leg(ionis) / VII Gem(inae) / Pullin[us posuit?]; *EE* 8, 108: I O M / VOT / MIL LEG / VII GEM / PVLLINVS [F uel P]; Guimarães 1901, p. 56-57, n.º 36: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) s(oluerunt) l(ibentes) / mil(ites) leg(ionis) / VII Gem(inae) / Pullinus (posuit); Botelho 1907, p. 26-27; *AE* 1907, 150: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) s[ol(uerunt)] / mil(ites) [leg(ionis)] / VII G(eminae) f(elicis) [Ca]/tullin[o et Apro co(n)s(ulibus)]; Vasconcellos 1913, p. 222, n. 7: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / u(otum) s(oluerunt) l(ibentes) / mil(ites) leg(ionis) / VII Gem(inae) / Tullin[us]; Cardozo 1935, p. 48, n.º 31: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) s(oluerunt) [l(ibentes)] / mil(ites) [l]e[g(ionis)] / VII Ge[m(inae)] / Pullin[us p(osuit)]; Almeida 1970, p. 294; *ILER* 55: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) s(oluerunt) lib(entes) / milites [l]eg(ionis) / VII Ge[m(inae)] / Pullin[us p(osuit)]; Le Roux 1982, p. 240, n.º 238; Wahl 1988, p. 240, n. 58; *AquaeFlauiae*²: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) sol(uerunt) / mil(ites) leg(ionis) / VII G(eminae) P(iae) Ca/tullinus po[s]/uit; *HEp* 2, 891; Garcia 1991, p. 406, n.º 347: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) s[ol(uerunt)] / mil(ites) [l]e[g(ionis)] / VII G(emina) P(ia) [Ca]/tulli[nus p(osuit)?]; *Aquae-Flauiae*² 2: I(oui) O(ptimo) M(aximo) C(onseruatori) / uot(um) sol(uerunt) / mil(ites) leg(ionis) / VII G(eminae) P(iae)? [Ca]/tullinus [pos]/uit; *HEp* 4, 891; Martins 2008, 2, p. 211, n.º 11.6: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) s(oluerunt) [l(ibentes)] / mil(ites) [l]e[g(ionis)] / VII Ge[m(inae)] / tulli(nus) [pos]/uit; Batata *et alii* 2008, p. 143-144, n.º 115c-15.

Paradeiro: Museu da Sociedade Martins Sarmiento (n.º 31).

Cronologia: 130 (datação consular).

Notas: Dedicatória colectiva a Júpiter realizada pelos militares da legião *VII Gemina*, no ano de 130, de acordo com a datação consular.

19. Ara votiva dedicada a Júpiter pelos militares da *Cohors I Gallica equitata ciuium Romanorum*.

Granito / 81 x [36] x 37.

Leitura:

I(oui) O(ptimo) M(aximo) / mil(ites) c(o)h(ortis) / I Galli/cae ◀ eq(uitatae) ◀ c(iuium) ◀

R(omanorum) ◀ u(otum) ◀ s(oluerunt) / l(ibentes) ◀ m(erito)

Procedência: Ribeirinha, Tresminas.

Bibliografia: Sarmiento 1894, p. 205; *EE* 8, 109; Guimarães 1901, p. 56-57, n.º 35: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / mil(ites) c(o)h(ortis) / I Galli/cae Eq(uitatus) / c(iuium) R(omanorum) u(otum) s(oluerunt) / l(ibentes) m(erito); Botelho 1907, p. 26-27: I(oui) O(ptimo) M(aximo) / mil(ites) c(o)h(ortis) / I Galli/cae Eq(uitatae) / c(iuium) R(omanor)u(m) s(oluerunt) / l(ibentes) m(erito); *AE* 1907, 151; Vasconcellos 1913, p. 222, n. 7; Cardozo 1935, p. 47 n.º 30; Almeida 1970, p. 294; *ILER* 86; Le Roux 1982, p. 240, n.º 239; *AquaeFlauiae*: I(oui) O(ptimo) M(aximo) S(olutorio) / mil(ites) c(o)h(ortis) / I Galli/cae Eq(uitatae) c(iuium) R(omanorum) s(oluerunt) / l(ibentes) m(erito); Wahl 1988, p. 240, n. 59; Garcia 1991, p. 406, n.º 346; *AquaeFlauiae*²: I(oui) O(ptimo) M(aximo) C(onsuatori) / mil(ites) c(o)h(ortis) / I Galli/cae Eq(uitatae) c(iuium) R(omanorum) s(oluerunt) / l(ibentes) m(erito); Martins 2008, 2, p. 212, n.º 11.7; Batata *et alii* 2008, p. 143, n.º 115c-14.

Paradeiro: Museu da Sociedade Martins Sarmiento (n.º 30).

Cronologia: 101-150 (nome completo da unidade; paleografia; comparação com a anterior).

Notas: Dedicatória colectiva a Júpiter promovida pelos militares da coorte *I Gallica equitata ciuium Romanorum*.

20. Ara votiva dedicada a Júpiter por *Q. Annius Modestus*, soldado da legião *VII Gemina* (fig. 10).

Granito / 85 x 42 x 30.

Leitura:

Q(uintus) Annius / Modestu[s] / m(iles) l(egionis) VII G(emina) p(iae) / f(elicis) a(ram) a(Ioui) O(ptimo) M(aximo) a(ouit)

Procedência: Ribeirinha, Tresminas.

Bibliografia: Almeida 1970, p. 295: JANV / NO•ESS / E; Parente 1980, p. 133-134, n.º 2: Q(uintus) Annius / Modestus / m(iles) l(egionis) VII o(pus) p(onere) / Iovi O(ptimo) M(aximo) c(urauit); *AE* 1980, 582: Q(uintus) Annius / Modestus / m(iles) / l(egionis) / VII O. P.? / Iovi O(ptimo) M(aximo) C?; Tranoy 1981, p. 276-277; Le Roux 1982, p. 197, n.º 91bis: Q(uintus) Annius / Modest[us] / m(iles) l(egionis) VII a(ram) [p(osuit)?] / Iovi O(ptimo) M(aximo); *AquaeFlauiae* 138: Q(uintus) Annius / Modestus / m(iles) l(egionis) VII G(eminae) p(iae) / Genio Mu[nicipii]?; *HEp* 2, 892; Whal 1988, p. 240, n. 57; Garcia 1991, p. 407, n.º 348: Q(uintus) Annius / Modestus / m(iles) l(egionis) VII G(eminae) p(iae) / Iovi O(ptimo) M(aximo) [c(urauit)?]; Alarcão e Wahl 1997, p. 121, n.º 9.2: Q(uintus) Anniu[s] / Modestu[s] / m(iles) l(egionis) VII [G(eminae) f(elicis)?] / [Iou]i O(ptimo) M(aximo) [s(acrum)?]; *AquaeFlauiae*² 167: Q(uintus) Annius / Modestus / m(iles) l(egionis) VII a(ram) p(osuit) / [G]enio 'mu'/[nicip]um [---; Martins 2008, 2, p. 210, n.º 11.5; Batata *et alii* 2008, p. 142-143, n.º 115c-12; Redentor 2008, p. 109, n. 24. *Paradeiro:* Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (n.º 1996.10.6931).

Cronologia: 197-211 (nomenclatura da legião, nomeadamente o epíteto *Pia*; paleografia).

Notas: Dedicatória a Júpiter levada a cabo por militar da legião *VII Gemina*. O dedicante identifica-se com *tria nomina*, como é próprio dos cidadãos romanos, requisito para o ingresso em corpo legionário. A antroponímia que enverga, torna provável a sua origem hispânica: se *Modestus* é um dos cognomes latinos mais difundidos na Hispânia, ocupando, conjuntamente com a forma feminina, a décima primeira posição na lista de *cognomina* / nomes únicos de Abascal 1994, p. 430, o gentílico poderá apontar para uma provável origem na área meridional ou nascente do território peninsular, ainda que o registo de *Annius* no Noroeste (cf. Abascal 1994, p. 76-78) não permita excluir que possa ser originário deste quadrante (Le Roux 1982, p. 197). As propostas de Rodríguez Colmenero e de Tranoy, que indica tratar-se de dedicatória à divindade *Munidia*, não têm apoio epigráfico.

21. Inscrição gravada na galeria do Texugo.

Xisto / ? x ?.

Leitura:

Sabalco?

Procedência: Galeria do Texugo, Tresminas.

Bibliografia: Almeida 1970, p. 295; Wahl 1988, p. 229; Batata *et alii* 2008, p. 145, n.º 115c-19.

Paradeiro: *In situ*.

Cronologia: 101-230 (espólio arqueológico associado à secção de construção mais recente da galeria, nomeadamente as lucernas).

Notas: Inscrição gravada na parede esquerda da galeria do Texugo (aos 210 m), que se associa à corta das Covas. Wahl 1988, p. 229 e 240, considera que a expansão da galeria teria ocorrido por volta da viragem da primeira para a segunda centúria. A inscrição tem sido interpretada como antropónimo (Abascal 1994, p. 492), abonando esta possibilidade o radical *Sab-*, presente noutros nomes pessoais, nomeadamente latinos. Na ausência de autópsia, e tratando-se de um provável hápax, não podemos avaliar a correcção da transcrição, nem ter certezas quanto à forma do nominativo.

22. Marca sobre *tegula* (fig. 11).

Cerâmica / ? x ? x ?.

Leitura:

‘Talei’

Procedência: Veiga da Samardã, Tresminas.

Bibliografia: Wahl 1988, p. 234-235: ‘A(quae)FI(auiae)’; *AquaeFlauiae*² 635: ‘Aeli’(us); Batata *et alii* 2008, p. 146, n.º 115c-20.

Paradeiro: Desconhecido.

Cronologia: 31-200 (período de duração da ocupação da área escavada).

Notas: Trata-se de *tegula* encontrada nas escavações realizadas na área do designado povoado (achado n.º 86/35: área 2, superfície 8). Wahl interpreta a marca como aludindo a oficinas de produção cerâmica do *municipium* de *Aquae Flauiae*. Na realidade, será mais correcta a sua leitura como um genitivo antropónimo em quántuplo nexa. *Talei* constituirá o genitivo de um nome indígena *Taleus* o qual, ainda que com alguma reserva, poderá encontrar paralelo numa problemática inscrição de Cáceres (*CIL* II 5350 + Vallejo 2005, p. 409).

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994) – *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones; [Madrid]: Universidad Complutense (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 2).
- ABASCAL, J. M.; ESPINOSA, U. (1989) – *La ciudad hispano romana: privilegio y poder*. Logroño: Colegio Oficial de Aparejadores y A. T. de La Rioja.
- AE = *L'Année Epigraphique*. Paris.
- ALARCÃO, A. M.; WAHL, J. (1997) – Aspectos da mineração romana no território português. In ALARCÃO, A. M., coord. – *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 95-105.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América (Forum da História; 1).
- ALBERTOS FIRMAT, M. de L. (1966) – *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*, Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.] (Theses et studia philologica salmanticensia; 13).
- ALMEIDA, F. (1970) – Minas de ouro na *Gallaecia* portuguesa. In ESPANHA. Cátedra San Isidoro, Instituto Leonés de Estudios Romano-Visigóticos – *Legio VII Gemina [Coloquio Internacional reunido el 16 al 21 de septiembre de 1968 con ocasión del XIX centenario de León]*. León: Diputación Provincial, p. 287-301.
- ALONSO ÁVILA, A.; CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, S. (2000) – *Corpus de inscripciones romanas de la provincia de Zamora: fuentes epigráficas para la historia social de Hispania romana*. Valladolid: autores.
- AquaeFlaviae* = Rodríguez 1987.
- AquaeFlaviae*² = Rodríguez 1997.
- ARGOTE, J. C. de, C. R. (1734) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas dedicadas a Elrey D. Joao V*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. Título 1, tomo 2.
- BATATA, C. (2009) – Resultados das escavações arqueológicas de 2007 e 2008 realizadas no complexo mineiro de Três Minas e Jales. *Congresso Transfronteiriço de Arqueologia* (Montalegre, Outubro de 2008). Chaves: Grupo Cultural *Aquae Flaviae*. p. 417-431 (Revista *Aquae Flaviae*; 41).
- BATATA, C.; BORGES, N.; CORREIA, H.; SOUSA, A. (2008) – *Carta arqueológica do concelho de Vila Pouca de Aguiar*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal; Ozecarus.
- BOTELHO, H. (1907) – Numismática e Archeologia. *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 12:1-4, p. 23-31.
- CARDOZO, M. (1935) – *Catálogo do Museu Martins Sarmento, 1.ª parte: secção lapidar e de escultura*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- ____ (1954) – A propósito da lavra do ouro na província de Trás-os-Montes durante a época romana. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 64:1-2, p. 113-141.
- CIL* = *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berolini, 1863-.
- CIL* II = Hübner 1869 e 1892.
- CIRPZ* = Alonso e Crespo 2000.
- DAG = Whatmough 1970.
- DOMERGUE, C. (1970) – Introduction à l'étude des mines d'or du nord-ouest de péninsule ibérique dans l'antiquité. In ESPANHA. Cátedra San Isidoro, Instituto Leonés de Estudios Romano-Visigóticos – *Legio VII Gemina [Coloquio Internacional reunido el 16 al 21 de septiembre de 1968 con ocasión del XIX centenario de León]*. León: Diputación Provincial, p. 253-286.
- ____ (1990) – *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité romaine*. Roma: École Française de Rome (Collection de l'École Française de Rome; 127).
- EE = Hübner 1899 e 1903.

ERPLe = Rabanal e García 2001.

ERPSa = Hernández 2001.

GARCIA, J. M. (1991) – *Religiões antigas de Portugal: aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos: fontes epigráficas*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Temas portugueses).

GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1990) – *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*. Sada, A Coruña: Edicións do Castro. (Historia).

GARCÍA MERINO, C. (1973) – Las tierras del NO de la Península Ibérica: foco de atracción para los emigrantes de la Meseta en época romana. *Hispania Antiqua*. Valladolid, 3, p. 9-28.

____ (1975) – *Población y poblamiento en Hispania romana: el conuentus Cluniensis*. Valladolid: Universidad (Studia Romana; 1).

GARCÍA Y BELLIDO, A. (1970) – Nacimiento de la legión VII Gemina. In ESPANHA. Cátedra San Isidoro, Instituto Leonés de Estudios Romano-Visigóticos – *Legio VII Gemina [Coloquio Internacional reunido el 16 al 21 de septiembre de 1968 con ocasión del XIX centenario de León]*. León: Diputación Provincial, p. 303-329.

GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, M. C. (1986) – *Las unidades organizativas indígenas del area indoeuropea de Hispania*. Vitoria: Instituto de Ciencias de la Antigüedad, Universidad del País Vasco (*Veleia*. Anejo; 2).

GORROCHATEGUI CHURRUCA, J. M.; NAVARRO CABALLERO, M.; VALLEJO RUIZ, J. M. (2007) – Reflexiones sobre la historia social del valle del Duero: las denominaciones personales. In NAVARRO CABALLERO, M.; PALAO VICENTE, J. J.; MAGALLÓN BOTAYA, M. A., coord. – *Villes et territoires dans le bassin du Douro à l'époque romaine: actes de la table-ronde internationale (Bordeaux, septembre 2004)*. Paris: Diffusion de Boccard (Hors Série Saldevie / Études Ausonius), p. 287-340.

GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: [s. n.] (Dissertação de Doutoramento em História Clássica, Universidade de Lisboa, 1998).

GUIMARÃES, O. (1901) – Catálogo do Museu Archeologico [da Sociedade Martins Sarmento]. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 18:1-2, p. 38-72.

HAE = *Hispania Antiqua Epigraphica*. Madrid.

HALEY, E. W. (1991) – *Migration and Economy in the Roman Imperial Spain*. Barcelona: Universitat (*Aurea Saecula*; 5).

HEp = *Hispania Epigraphica*. Madrid.

HERNÁNDEZ GUERRA, L. (2001) – *Epigrafía de época romana de la provincia de Salamanca*. Valladolid: Centro Buendía, Universidad de Valladolid (Centro Buendía; 70).

HÜBNER, E. (1869) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: Gergium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2).

____ (1892) – *Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini: Gergium Reimerum (*Corpus Inscriptionum Latinarum*; 2).

____ (1899) – Additamenta noua ad corporis uolumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlin. 8, p. 351-528.

____ (1903) – Additamenta noua ad corporis uolumen II. *Ephemeris Epigraphica*. Berlin. 9, p. 12-185.

ILER = VIVES 1971-1972.

IRPV = Mañanes e Solana 1999.

KAJANTO, I. (1965) – *The Latin Cognomina*. Helsinki: Helsingfors (Commentationes Humanarum Litterarum; 36, 2).

LEMOS, F. S. (1993) – *O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: [s. n.] (Tese de doutoramento, Universidade do Minho, 1993).

____ (2004) – O poder romano e a reorganização territorial do Noroeste peninsular: observações pontuais. In LOPES, M. C.; VILAÇA, R., coord. – *O passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra; Porto: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 225-246.

- LEMOS, F. S.; MARTINS, C. M. B. (no prelo) – *Ciuitates* e exploração aurífera romana no Noroeste da Península Ibérica. In *Actas do V Simpósio Internacional sobre Mineria e Metalurgia Históricas en el Suroeste Europeo (19-21 de junio de 2008)*. León: Universidad; SEDPGYM.
- LE ROUX, P. (1982) – *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste a l'invasion de 409*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 8. Collection de la Maison des pays ibériques; 9).
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1984) – L'épigraphie du Nord du Portugal: bilan et perspectives. *Conimbriga*. Coimbra. 23, p. 19-41.
- LÖRINCZ, B. (2000) – *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum*. Wien: Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie. Vol. 3: *Labareus – Pythea*.
- ____ (2002) – *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum*. Wien: Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie. Vol. 4: *Quadratia – Zures*.
- LÖRINCZ, B.; REDŐ, F. (1994) – *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum*. Budapest: Archaeolingua (Hauptreihe; 3). Vol. 1: *Aba – Bisanus*.
- MAÑANES, T.; SOLANA SAINZ, J. M. (1999) – *Inscripciones de época romana de la provincia de Valladolid*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid (Historia y Sociedad; 69).
- MANGAS, J.; OREJAS, A. (1999) – El trabajo en las minas de la Hispania romana. In *El trabajo a través de la Historia*. Madrid: Ed. Silex, p. 207-313.
- MARTINS, C. M. B. (2008) – *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- MARTINS, M.; LEMOS, F. S.; PÉREZ LOSADA, F. (2005) – O povoamento romano no território dos galaicos bracarense. In FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA DÍAZ, P., eds. – *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana: III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón (Gijón, 28, 29 y 30 septiembre 2002)*. Oxford: British Archaeological Reports, p. 279-296 (BAR Internacional Series; 1371).
- MATEO, A. (2001) – *Observaciones sobre el régimen jurídico de la minería en tierras públicas en época romana*. Santiago de Compostela: Universidade (Cuadernos Compostelanos de Derecho Romano; 12).
- OPEL 1 = Lörincz e Redő 1994.
- OPEL 3 = Lörincz 2000.
- OPEL 4 = Lörincz 2002.
- OREJAS, A.; SASTRE PRATS, I. (2000) – El poblamiento romano en la ZAM y la diferenciación funcional. In SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J., ed. – *Las Médulas (León): un paisaje cultural en la Asturia Augustana*. León: Instituto Leonés de Cultura, Diputación de León, p. 253-283.
- ____ (2002) – Origine de la main-d'oeuvre dans les mines romaines de la Péninsule Ibérique. In GARRIDO-HORY, M., ed. – *Routes et marchés d'esclaves: 26^e colloque du GIREA (Besançon, 27-29 septembre 2001)*. [Besançon]: Presses Universitaires Franc-Comtoises; Paris: diff. Les Belles Lettres (Institut des sciences et techniques de l'Antiquité. Série Esclavage et dépendance), p. 83-93.
- PARENTE, J. (1980) – Subsídios inéditos para a história de Três Minas. In *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1979)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. 3, p. 131-140.
- PRÓSPER, B. M. (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (Acta salmanticensia. Estudios filológicos; 295).
- RABANAL ALONSO, M. A.; GARCÍA MARTÍNEZ, S. M. (2001) – *Epigrafía romana de la provincia de León: revisión y actualización*. León: Universidad (Historia y Sociedad; 8).
- REDENTOR, A. (2008) – Panorama da teonímia pré-romana em Trás-os-Montes Oriental. In ENCARNAÇÃO, J. d', coord. – *Actas do VII Workshop FERCAN: Divindades indígenas em análise / Divinités pré-romaines: bilan et perspectives d'une recherche*. Coimbra; Porto: CEAUCP, p. 105-124.

- REDENTOR, A.; OSÓRIO, M.; CARVALHO, P. C. (2006) – Inscrição rupestre da Laje do Adufe: um novo testemunho do culto à deusa Nábia. *Eburobriga*. Fundação. 4, p. 53-63.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1987) – *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas*.
- ____ (1997) – *Aquae Flaviae*. Chaves: Câmara Municipal. Vol. 1: *Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*.
- ____ (2002) – Deuses da planície: *Nabia* e assimilados. In RIBEIRO, J. C., coord. – *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 25-29.
- ____ (2006) – Un intento de respuesta a los interrogantes planteados. In RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S., eds. – *Excavaciones arqueológicas en Aquis Querquennis: actuaciones en el campamento romano (1975-2005)*. Lugo: Grupo Arqueológico Larouco (Anejos de *Larouco*; 4).
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J.; OREJAS, A.; FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. (1994) – La mano de obra en la minería romana del Noroeste peninsular. In JORGE, V. O., coord. – *1.º Congreso de Arqueología Peninsular (Porto, 12-18 de Outubro de 1993): actas*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (*Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 3-4). Vol. 4, p. 243-258.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J.; OREJAS, A.; SASTRE, I.; PÉREZ, L. C. (2006) – Las zonas mineras romanas del Noroeste peninsular: infraestructura y organización del territorio. In *Nuevos elementos de Ingeniería romana: III Congreso de las Obras Públicas Romanas. Actas* (Astorga 2006). [Salamanca]: Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo.
- SARMENTO, F. M. (1894) – Duas inscrições ineditas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 11:4, p. 205.
- SASTRE PRATS, I. (2001) – *Las formaciones sociales rurales de la Asturia romana*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- ____ (2002) – *Onomástica y relaciones políticas en la epigrafía del conuentus Asturum durante el Alto Imperio*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Historia, Departamento de Historia Antigua y Arqueología (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 25).
- SASTRE PRATS, I.; OREJAS, A. (2000) – Las aristocracias locales y la administración de las minas. In SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J., ed. – *Las Médulas (León): un paisaje cultural en la Asturia Augustana*. León: Instituto Leonés de Cultura, Diputación de León, p. 284-306.
- SASTRE PRATS, I.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. (2002) – La red hidráulica de las minas de oro hispanas: aspectos jurídicos, administrativos y políticos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 75, p. 215-233.
- SASTRE PRATS, I.; RUIZ DEL ÁRBOL MORO, M. (2005) – Las *ciuitates* del sector nordoriental de Lusitania: arqueología y epigrafía. In *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia: actas das 2.ªs Jornadas de Património da Beira Interior (Guarda, 21-22 de Outubro de 2004)*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, p. 135-153.
- SILVA, A. C. F. (2007) – *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*. 2.ª edição. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Centro de Arqueologia Castreja e Estudos Célticos.
- SOLIN, H.; SALOMIES, O. (1988) – *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.]: Olms (Alpha – Omega: Lexika, Indizes, Konkordanzen zur klassischen Philologie, Reihe A; 80).
- STYLOW, A. U. (1998) – The beginnings of Latin epigraphy in Baetica: the case of the funerary inscriptions. In KEAY, S., ed. – *The archaeology of early Roman Baetica (Journal of Roman Archaeology, Suppl. Series; 29)*. Portsmouth/Rhode Island: JRA, p. 109-121.
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice romaine: recherches sur le Nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 7. Collection de la Maison des pays ibériques; 7).
- UNTERMANN, J. (1965) – *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Español de Prehistoria [etc.] (Bibliotheca praehistorica hispana; 7).
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Servicio editorial, Universidad del País Vasco (Anejos de Veleia. Serie minor; 23).

- VASCONCELLOS, J. L. (1913) – *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 3.
- ____ (1927-1929) – Epigrafia do Museu Etnológico (Belem). *O Archeologo Português*. Lisboa. 1.ª série. 28:1-12, p. 209-227.
- ____ (1936 [1937]) – Três inscrições romanas inéditas do concelho de Vila Pouca de Aguiar. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 193-195.
- VIVES, J. (1971-1972) – *Inscripciones latinas de la España Romana: antología de 6.800 textos*. Barcelona: Universidad [etc.]. 2 vols.
- WAHL, J. (1988) – Três Minas: Vorbericht über die archäologischen Untersuchungen im Bereich des römischen Goldbergwerks 1986/1987. *Madriider Mittellungen*. Madrid.29, p. 221-244.
- ____ (1998) – Aspectos tecnológicos da indústria mineira e metalúrgica romana de Três Minas e Campo de Jales (concelho de Vila Pouca de Aguiar). In *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia mineiras*. Lisboa: Museu do IGM, p. 57-68.
- WAHL, J.; WIECHOWSKI, A. (s/d) – *Três Minas*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal.
- WHATMOUGH, J. (1970) – *The Dialects of Ancient Gaul: Prolegomena and Records of the Dialects*. Cambridge; Massachusetts: Harvard University Press.